



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **ENSINO**

Coordenadora de Área (*pro-tempore*): Tania Cremonini de Araújo-Jorge (FIOCRUZ)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Giselle Rôças de Souza Fonseca (IFRJ)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Área de Ensino se insere na Grande Área Multidisciplinar. Foi constituída por decisão do Conselho Superior da CAPES pela Portaria CAPES nº 83, de 6 de junho de 2011, quando da criação de quatro novas Áreas: Ensino, Ciências Ambientais, Biodiversidade, e Nutrição. A Área de Ensino foi nucleada na antiga Área de Ensino de Ciências e Matemática, da qual guarda as principais referências e experiência de organização e avaliação de Programas de Pós-Graduação (PPGs), justificando-se a sua criação dos pontos de vista epistemológico, educacional e social. Os Programas focam as pesquisas (artigos e livros) e produções (processos, materiais, tecnologias educacionais e sociais, propostas educativas, políticas públicas) em “Ensino de determinado conteúdo”, buscando interlocução com as Áreas geradoras dos conteúdos a serem ensinados. É característica específica – e das mais importantes – da Área, o foco na integração entre conteúdo disciplinar e conhecimento pedagógico ou o que se denomina “conhecimento pedagógico do conteúdo”. Os cursos de Pós-Graduação têm como objeto a mediação do conhecimento em espaços formais e não formais de ensino e, como principal objetivo, a construção de conhecimento científico sobre este processo e sobre fatores de caráter micro e macro estrutural que nele interferem. A Área de Ensino é, portanto, uma Área essencialmente de pesquisa translacional, que busca construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados em educação e ensino para sua aplicação em produtos e processos educativos na sociedade. Este conceito foi apropriado a partir do campo da Saúde, e reflete bem a atualidade da convergência das vertentes de estudos teóricos com os aplicados à interesses da sociedade, implicando o forte compromisso da Área com seus produtos transpostos à Educação em geral. A expectativa é de que com a ampliação da Área de Ensino seja possível impulsionar a evolução dos PPGs com metas e desafios que expressem as necessidades nacionais para o avanço em todos os níveis do ensino.

A Área de Ensino contempla também expectativas relativas à nova missão e objetivos da CAPES para atuação na Educação Básica, conforme a estrutura estabelecida em 2007, e que resultou na criação de duas novas Diretorias: a Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) e a Diretoria de Educação a Distância (DED), e o respectivo Conselho Técnico-Científico do Ensino Básico (CTC-EB), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e outras ações da CAPES e demais programas do MEC. Contempla ainda expectativas de interlocução com a Área de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Educação posto que juntas reúnem mais de 300 cursos de Pós-Graduação e titularam mais 33 mil mestres e 8 mil doutores para a Educação e o Ensino. Ações articuladas estão em curso, visando, cada vez mais, à visibilidade e ao impacto da formação e da sua produção acadêmica e técnica, bem como ao aprimoramento dos PPGs e à proposição de políticas comuns. “Ensino” envolve todos os níveis e modalidades do ensino formal do país, da creche ao doutorado, nos diversos campos do conhecimento, bem como as modalidades de ensino não formal, como a divulgação científica e artística em centros e museus de ciência e de arte. O ensino formal é aquele praticado com respaldo de conteúdo, forma, certificação e profissionais de ensino, sendo institucionalizado, organizado hierarquicamente, entre outras características. O ensino não formal é praticado por instituições diversas, podendo incluir a escola. Busca promover a cultura, saúde, ciência, sendo sua apresentação educacional organizada de forma intencional e planejado. Costuma estar relacionado a processos de desenvolvimento de consciência política e relações sociais de poder entre os cidadãos, praticadas por movimentos populares, associações da sociedade civil, sendo também muitas vezes ancorado em instituições de ensino e pesquisa. Ambos diferem do ensino informal, que está relacionado ao processo de socialização humana que ocorre durante toda a vida através dos diferentes processos de comunicação. Os limites entre essas três categorias de educação não são extremamente rígidos, são permeáveis, pois aprender é inevitável, e as pessoas estão constantemente aprendendo, e por diferentes vias e agentes.

Além da atuação em pesquisa, ensino e extensão, os PPGs da Área realizam desenvolvimento tecnológico, por meio da concepção, elaboração, teste e avaliação de materiais didáticos, divulgação científica e assessorias diversas a órgãos públicos, agências e programas de ensino.

Tabela1: Cursos e Programas de Pós-Graduação (PPGs) na Área de Ensino e notas do triênio 2007-2009

	Total	%	Nota 3	Nota 4	Nota 5
D	24	21%	0	15	9
M	38	33%	14	15	9
MP	54	47%	47	6	1
Cursos	116	100%	61	36	19
% Cursos	100		53	31	16
PPGs	95		64	21	10
% PPGs	100		67	22	11

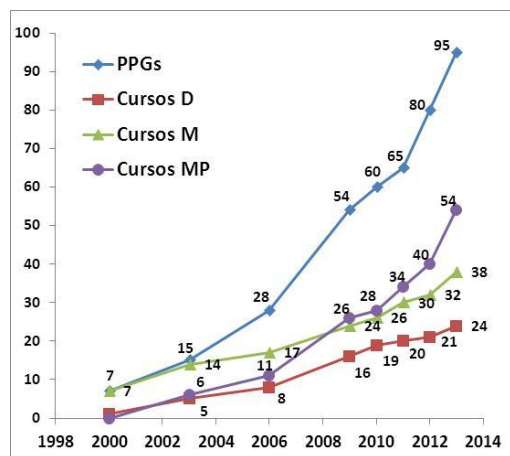


Figura 1: Evolução do número de Programas e Cursos de Pós-Graduação na Área de Ensino (2000-2012)

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A Área de Ensino totaliza 95 Programas, correspondendo a 18% dos 522 PPGs da Grande Área Multidisciplinar (em maio de 2013), tendo apresentado um crescimento de 76% no triênio (Figura 1). Esses Programas abrigam 116 cursos como mostrado na Tabela 1. São 24 cursos de Doutorado (3 isolados e 21 articulados com Mestrados Acadêmicos), 38 cursos de Mestrado Acadêmico, e 54 cursos de Mestrado Profissional. Nos PPGs da Área de Ensino atuam mais de 1200 docentes, que formam anualmente mais de 1.500 egressos. De 2000 a 2012 a Área tituló mais de 5.200 mestres e quase 500 doutores, com suas respectivas produções acadêmicas e técnicas. Por ter passado apenas por 3 avaliações trienais, a Área contempla, essencialmente, cursos notas 3, 4 e 5 (Tabela 1). A evolução do crescimento da Área foi constante desde os sete PPGs iniciais até os atuais 95 aprovados (maio de 2013 - Figura 1), quando já estava com o escopo ampliado para Ensino. Os cursos de Mestrado Profissional são maioria na Área (47%), como se percebe nas Tabelas 1 e 2 e nas Figuras 1 e 2. A demanda atual por programas dessa natureza é grande e se reflete no grande aumento do número de cursos nos últimos seis anos (Figura 1). Como se destinam aos profissionais da educação básica, os Mestrados Profissionais da Área de Ensino geram produtos educacionais disponibilizados nos sites dos PPGs para uso em escolas públicas do país, além das dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico destas experiências.

No que se refere à dependência administrativa das Instituições de Ensino Superior (IES), a distribuição dos PPGs da Área (Figura 2 e Tabela 2), indica um forte engajamento das instituições federais e estaduais no processo de formação de mestres e doutores em Ensino. Predominam os PPGs em instituições federais. Há também uma tendência à regionalização com crescimento de PPGs em IES públicas vinculadas aos governos Estaduais (Tabela 2). O crescimento do segmento de IES privadas na Área de Ensino é tímido (Figura 2 e Tabela 2), diferente da tendência observada em outras Áreas.

A distribuição dos 95 PPGs pelas regiões do país (Figura 3, Tabela 3) confirma a tendência geral da Pós-Graduação brasileira: 40 no Sudeste (42%), 24 no Sul (25%), 15 no Nordeste (16%), 10 no Centro Oeste (10%) e apenas 6 no Norte (6%).

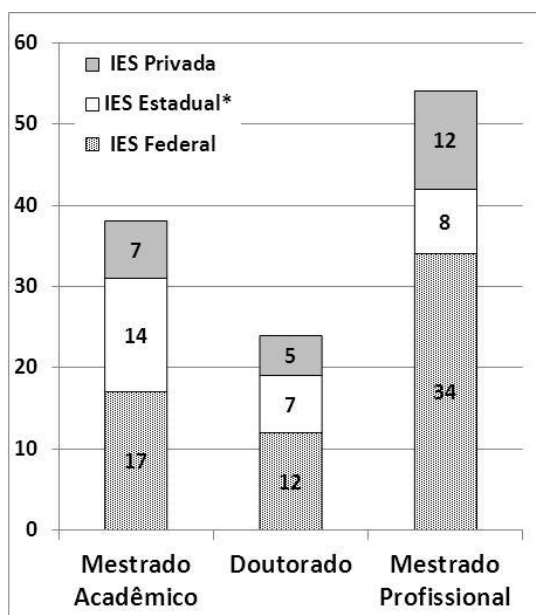


Figura 2: Número de Cursos de Pós-Graduação na Área de Ensino segundo sua dependência administrativa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Tabela 2: Cursos em Instituições Federais, Estaduais/Municipais e Privadas na Área de Ensino

Triênio	Número de cursos								
	IES Federais			IES Estaduais/Municipais			IES Privadas/Comunitárias		
	M	D	MP	M	D	MP	M	D	MP
2000-2003	6	2	5	5	2	0	3	1	1
2004-2006	2	2	1	1	1	0	0	0	4
2007-2009	5	3	8	0	3	2	2	2	5
2010-2012	4	5	20	8	1	6	0	2	2
Total (n=116)	17	12	34	14	7	8	7	5	12

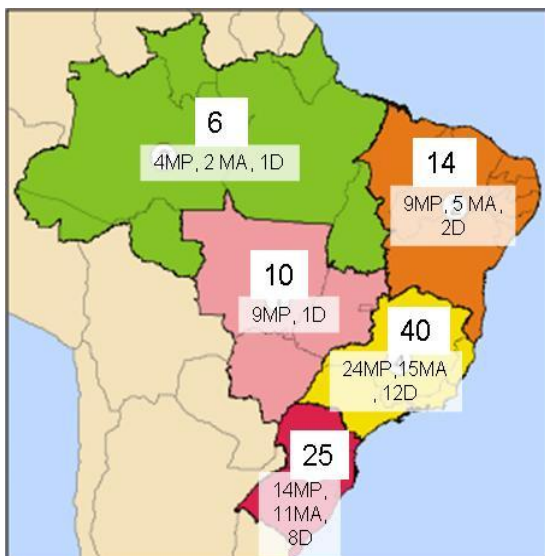


Figura 3: Cursos de Pós-Graduação da Área de Ensino nas diferentes regiões do Brasil.

Legenda da Figura: MP=Mestrado Profissional, M=Mestrado Acadêmico; DO=Doutorado

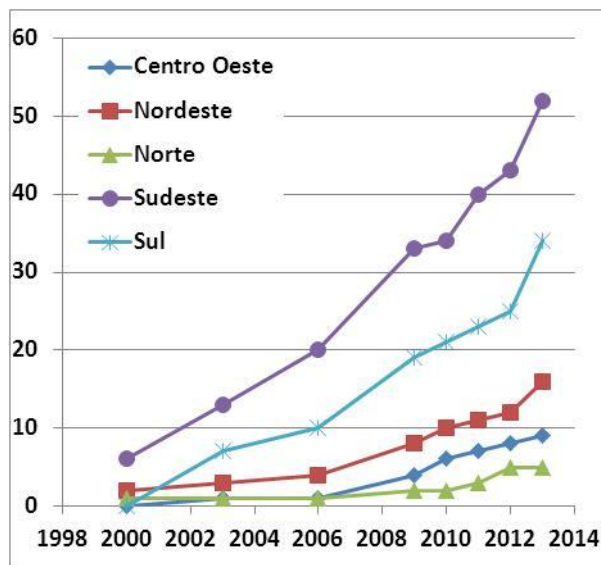


Figura 4: Crescimento do número de Programas de Pós-Graduação da Área de Ensino nas diferentes regiões do Brasil.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013
Tabela 3: Distribuição e Evolução Regional dos Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino, e indicadores de desenvolvimento sócio-econômicos

Brasil e suas regiões	Total de PPGs	PPGs Área de Ensino	Número de PPGs em 4 triênios				Indicadores		**Alunos (matrículas)			***Professores (ativos)			
			Até 2002	2003 - 2006	2007-2009	2010-2013	PIB* (%)	Pop* (%)	EF %	EM %	ES %	EF %	EM %	ES %	
BRASIL	3.613 (100%)	95 (100%)	15	14	22	44	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Norte	187 (5%)	6 (6%)	1	1	0	4	4,5	8,3	11	9	8	9	7	6	
Nordeste	712 (20%)	15 (16%)	3	0	4	8	15,1	27,8	31	29	20	31	25	20	
Sudeste	1.678 (46%)	40 (42%)	6	8	10	16	58,3	42,1	38	41	46	39	44	46	
Sul	743 (21%)	24 (25%)	5	4	5	10	16,7	14,4	13	14	17	14	16	18	
Centro Oeste	293 (8%)	10 (11%)	0	1	3	6	5,1	7,4	7	7	9	7	8	9	

*Produto Interno Bruto (PIB) e População (POP) de cada região; ** Percentual do número de matrículas no Ensino Fundamental (EF, total de 30.358.540 matrículas), no Ensino Médio (EM, total de 8.400.689 matrículas) e no Ensino Superior (ES, total de 6.739.689 matrículas) no ano de 2011. Fontes: Sinopse estatística da Educação Básica e da Educação Superior (INEP); *** Percentual do número de professores ativos no Ensino Fundamental (EF, total=1.389.704 professores), no Ensino Médio (EM, total de 488.527 professores) e no Ensino Superior (ES, total de 357.418).

A taxa de crescimento regional dos PPGs da Área de Ensino não é uniforme, como mostrado na Figura 4 e na Tabela 3. Após dois triênios de expansão contínua e majoritária na região Sudeste, percebe-se a partir de 2006 um crescimento intenso em todas as demais regiões, no entanto, persiste a grande assimetria entre Sudeste/Sul. Além da preocupação basilar com a qualidade dos Programas é fundamental atentar para o seu impacto na realidade de ensino do país. Para buscar indicações sobre determinantes dessa assimetria e orientações para indução de novos Programas buscou-se evidenciar os indicadores regionais de produção econômica total, expressa pelo Produto Interno Bruto (PIB) e pela densidade populacional (POP), assim como a dimensão da população escolar em termos de alunos (matrículas ativas) e de professores ativos nas diferentes fases do Ensino (Tabela 3). Tomando-se por referência que o percentual de PPGs por região deveria ser próximo ao percentual de docentes no ensino superior da respectiva região, confirma-se a necessidade de uma expansão na região nordeste. Por outro lado, tomando-se como referência a necessidade de oferta de PPGs para aproximar a formação de mestres e doutores à um paralelismo com a população total, confirma-se a necessidade de



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

expansão na região nordeste, acrescida de necessidade da região norte. A tendência percebida na Figura 4 se justifica e configura em desafio para a Área.

Os 4 estados da região Sudeste possuem 52 PPGs distribuídos em 8 municípios de São Paulo (Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, São Carlos e São Paulo), 7 municípios do Rio de Janeiro (D. Caxias, Nilópolis, Niterói, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Vassouras e Volta Redonda), 5 municípios de Minas Gerais (B. Horizonte, Itajubá, Juiz de Fora, Ouro Preto e Uberlândia), e 1 município no Espírito Santo (Vitória). Os 35 cursos da região Sul estão distribuídos nos 3 estados: em 8 municípios do Rio Grande do Sul (Bagé, Canoas, Caxias do Sul, Lajeado, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santo Ângelo), 6 do Paraná (Cascavel, Curitiba, Guarapuava, Londrina, Maringá, Ponta Grossa) e 2 em Santa Catarina (Blumenau e Florianópolis). Os 16 Cursos da região Nordeste estão mais dispersos: o estado da Bahia tem 6 Cursos, em 5 municípios (Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Salvador), e 6 estados só têm Cursos em uma cidade: Fortaleza (CE), Campina Grande (PB), Recife (PE), Natal (RN), Aracaju (SE), Maceió (AL). Maranhão e Piauí ainda não têm nenhum PPG da Área de Ensino. Na região Centro Oeste os 9 Cursos se distribuem em 2 municípios de Goiás (Goiânia e Jataí), e em apenas um município nos demais estados, Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), e no DF (Brasília). Na região Norte, Acre, Rondonia, Amapá e Tocantins ainda não tem nenhum PPG em Ensino, pois os 5 cursos se concentram no Pará (3 em Belém), Amazonas (Manaus) e Boa Vista (RR).

O entendimento do processo de expansão da Área de Ensino se enriquece com o registro preciso de sua criação e evolução. A configuração do campo internacional de Ensino Ciências e de Educação Matemática remonta à década de 1960, e gerou os principais referenciais da Área, em paralelo ao surgimento de sociedades científicas específicas e de seções sobre ensino nas sociedades disciplinares já consolidadas. O documento de Área 2007-2009 e o relatório da avaliação Trienal 2007-2009 registram esse histórico. A Área Multidisciplinar da CAPES foi criada em 1999 e em 2008 foi redenominada Interdisciplinar (Área 45), mesmo ano da criação das Áreas de Materiais (Área 47) e de Biotecnologia (Área 48). Nesse contexto, a Área de Ensino de Ciências e Matemática (Área 46), que havia sido criada em 2000, foi reunida a elas com a criação da nova Grande Área Multidisciplinar. Em 2010, novas propostas que contemplavam “Ensino em Saúde” foram remetidas pela Grande Área de Saúde à Área de Ensino de Ciências e Matemática, já antecipando a necessidade de ampliação desse escopo. No ano de 2011, a criação da Área de Ensino se deu no contexto de reconfiguração de outras novas Áreas de Avaliação: Biodiversidade, na Grande Área de Ciências Biológicas e Nutrição, na Grande Área de Saúde.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013**Tabela 4: Os sete primeiros Programas de Pós-Graduação da Área de Ensino**

Ano de Início	Título do Programa de Pós-Graduação	Sigla	UF	Nota Capes
1973	Ensino de Ciências (modalidades Física, Química e Biologia)	USP	SP	4
1975	Educação Matemática	PUC/SP	SP	5
1984	Educação Matemática	UNESP/RC	SP	5
1995	Ensino das Ciências	UFRPE	PE	4
1995	Educação em Ciências e Saúde	UFRJ	RJ	5
1997	Educação para a Ciência	UNESP/BAU	SP	5
2000	Ensino, Filosofia e História das Ciências	UFBA	BA	5

É interessante notar que seis dos sete programas fundadores da Área em 2000 já estavam formando profissionais desde a década de 70 (Tabela 4). Ressalta-se a partir desta trajetória, que a Área completou a 4ª década de experiência, respaldada não somente pela larga história e maturidade destes PPGs, mas também pelo conjunto de novos Cursos, os quais respondem pela sua juventude e capacidade de transição e ampliação de escopo.

Cerca de duas a três dezenas de novas propostas vêm sendo submetidas anualmente. Essas propostas são diversificadas em temas que, na formulação dos seus proponentes, vão de Ensino de “Ciências”, “Física”, “Matemática”, “Biociências” ou “Ciências da Terra”, à “Tecnologia e Educação”, “Ciências e Saúde”, “Ciências na Amazônia”, “Educação Básica”, “História e Filosofia”, “Saúde na Amazônia”, “Saúde e Meio Ambiente”, “Diversidade e Inclusão”, “Formação Docente Interdisciplinar”, entre outros. Destaca-se que História, Filosofia e Saúde são componentes interdisciplinares que estão presentes na desde o nascimento da Área. A perspectiva é, evidentemente, de franca expansão.

Em síntese, podemos dizer que reconfigurada e ampliada, a Área de Ensino cresce, vem apresentando grande fôlego e uma capacidade de resposta às demandas e desafios de qualificação de profissionais de ensino superior no Brasil.

As reestruturações de Áreas da CAPES, ainda que com forte componente operacional para tornar mais ágil a avaliação de propostas de novos cursos, buscaram reconfigurar essa agência no mesmo contexto em que ela liderou a discussão sobre o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG-2011-2020). Os cinco eixos do PNPG visam a: 1- Expandir o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG); 2- Criar uma agenda nacional de pesquisa; 3- Aperfeiçoar a avaliação; 4- Incentivar a Interdisciplinaridade e 5- Apoiar outros níveis de ensino a partir do Ensino de Pós-Graduação. Esses eixos do PNPG estão alinhados com as propostas do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) que o Ministério da Educação enviou para debate no



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Congresso Nacional em dezembro de 2010. Particularmente os eixos 4 e 5, sobre interdisciplinaridade e apoio aos outros níveis de ensino, e o eixo 3, sobre aperfeiçoamento da avaliação num contexto interdisciplinar, são desafios para todas as Áreas da CAPES, e em particular para a Área de Ensino e para a Área de Educação.

O texto do PNE prevê formas de a sociedade acompanhar cada uma das metas previstas, que por sua vez seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Suas metas e estratégias envolvem iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. A Área de Ensino toma essa diversidade como seu objeto de investigação. Além disso, no PNE há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida. A Área de Ensino também toma essas temáticas como objetos de investigação. A universalização e ampliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais são metas mencionadas ao longo do PNE, bem como o incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral, avaliação e acompanhamento periódico e individualizado de todos os envolvidos na educação do país — estudantes, professores, gestores e demais profissionais —, estímulo e expansão do estágio. Todas essas metas estão diretamente ligadas às contribuições que a pesquisa acadêmica em Ensino e o aperfeiçoamento de métodos e processos em Mestrados Profissionais em Ensino podem vir a dar ao país. Particularmente relevante é a constituição de um sistema de formação continuada de professores da educação básica e da educação superior, que qualifique continuamente os profissionais do magistério para atuar numa sociedade de informação e conhecimento em vertiginosa transformação e crescimento.

O PNE estabelece ainda estratégias para alcançar a universalização do ensino de 4 a 17 anos, prevista na Emenda Constitucional nº 59 de 2009, e confere força de lei às aferições do índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) — criado em 2007, no âmbito do PDE — para escolas, municípios, estados e país, com a meta de chegar a 6 (em uma escala até 10) em 2021. Outra norma prevista no PNE é o confronto dos resultados do Ideb com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). O PNE dá relevo à elaboração de currículos básicos e avançados em todos os níveis de ensino e à diversificação de conteúdos curriculares e prevê a correção de fluxo e o combate à defasagem idade-série. São estabelecidas metas claras para o aumento da taxa de alfabetização e da escolaridade média da população. Todos estes desafios do país também se constituem objetos de investigação nos PPGs da Área de Ensino. Portanto, é nesse contexto de construção de um Projeto Nacional de Educação que se insere o processo de criação e delineamento da nova Área de Ensino da CAPES.

Cresce cada vez mais a percepção de que a Educação Superior, em nível de graduação, não tem acompanhado a rápida evolução do conhecimento e tem encontrado sérias dificuldades para atender, de maneira satisfatória, a crescente população de ingressantes oriundos da Educação Básica. Por outro lado, e por diversas razões, o contingente de professores da

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Educação Básica é sabidamente deficitário em termos quantitativos e qualitativos. Assim, um paradoxo tem se materializado nas instituições de ensino superior: o vigoroso crescimento – quantitativo e qualitativo – da produção científica, tida como valor prioritário pela academia nas últimas décadas, acaba por induzir a supervalorização das áreas de conhecimentos específicos, inclusive a de Educação, e por relegar para segundo plano a área de Ensino, cujo foco é a integração de conteúdos específicos e pedagógicos. É certo que este fenômeno não é atípico, ocorrendo no Brasil e no exterior. Mas o sistema de Educação Superior Brasileiro possui outra singularidade: o de se encontrar em processo de expansão acelerada de oferta de oportunidades de acesso, a beneficiários carentes de formação básica adequada. Administrar esse paradoxo é um desafio para a educação superior brasileira, que não está suficientemente preparada para as grandes dificuldades encontradas por esse novo contingente de ingressantes. O desafio é ainda maior dado o atual momento histórico, marcado por rápidas mudanças nos campos tecnológico, econômico, psico-social e outros.

Considerações semelhantes podem ser feitas no que tange à formação profissional, de modo geral, e especificamente em áreas que são alvo de urgentes demandas sociais tais como engenharia e saúde. Nesta perspectiva, compreender a natureza dessas dificuldades e propor alternativas para superá-las tornam-se objetivos que estão além da capacidade dos departamentos disciplinares clássicos, tradicionalmente dirigidos para a produção científica em suas respectivas áreas. O estudo da apropriação social (e pessoal) do conhecimento é uma tarefa que cabe, portanto, à Área de pesquisa em Ensino. Seus projetos, em todas as áreas, são fundamentais para uma educação geral sintonizada com as expectativas da sociedade contemporânea.

Nesse contexto, a modalidade de Mestrado Profissional destinada a professores em serviço, foi rápida e fortemente encampada pela Área (Figuras 1 e 2, Tabelas 2 e 3). O número de egressos dessa modalidade na Área de Ensino é importante, tendo titulado 2027 profissionais (Tabela 5). No triênio 2004-2006 os Mestrados Profissionais da Área geraram 163 egressos, e nos dois triênios sucessivos o número de egressos cresceu mais que 3 vezes. Hoje com 54 cursos, a avaliação da trienal 2010-2012 deverá evidenciar a produção técnico-educativa de mais de 2 mil egressos dos MPs da Área.

Tabela 5. Mestres e Doutores titulados na Área de Ensino (2002-2012)

Egressos	2000-2003	2004-2006	2007-2009	2010-2012	Total (=5.789)
Mestrado Acadêmico	327	750	1053	1185	3315
Mestrado Profissional	--	163	702	1162	2027
Doutorado	--	39	142	266	447

O atual cenário da Área exige o enfrentamento de debates sobre estratégias e mecanismos de qualificação de professores em larga escala, com alta qualidade para

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

incrementar o poder transformador da educação sobre a realidade do país. A articulação dos esforços de implantação dos MPs nas Áreas de Ensino (54 cursos) e de Educação (23 cursos), que juntos ofertam mais de mil vagas anuais, e dos Mestrados Profissionais em Rede Nacional criados por indução da CAPES para aprimorar a qualificação dos professores em exercício nas redes públicas de ensino fundamental e médio, se constitui em amplo campo de estudo de egressos. As experiências de Mestrado Profissional em Rede Nacional ainda são recentes e ainda se aguardam os primeiros resultados para uma avaliação mais conclusiva. É papel dos PPGs da Área promover e participar desse debate e das avaliações e inovações que necessariamente estão por ocorrer, buscando sintonias para ação e melhorias no ensino do país.

INTERDISCIPLINARIDADE

A Área de Ensino é, por definição, interdisciplinar. Nas abordagens e propostas multidisciplinares há justaposição de disciplinas diversas, sem relação aparente entre si; nas pluridisciplinares se justapõem disciplinas mais ou menos afins nos diferentes domínios do conhecimento, com redução da fragmentação disciplinar. Nas propostas interdisciplinares trabalha-se com nova concepção de divisão do saber, fortalecendo a interdependência entre as disciplinas, sua interação, comunicação de modo a buscar a integração do conhecimento num todo significativo e em sintonia. Nas propostas transdisciplinares se busca coordenação de todas as disciplinas num sistema lógico, mas não hierárquico de conhecimentos, com trânsito fluido entre os diferentes campos do saber, e entre saberes acadêmicos e populares.

A Área tem desenvolvido seu projeto para a Pós-graduação com uma postura interdisciplinar, valorizando: (i) Composições de corpo docente com formação em diferentes áreas de conhecimento que se proponham a pensar as questões do ensino e que mostrem experiência na pesquisa educacional; (ii) Propostas curriculares de PPGs que privilegiem a integração entre campos disciplinares na formação do pós-graduando e aspectos do ensino/elementos pedagógicos; (iii) Ampliação das pesquisas que lidem com os processos educativos de forma interdisciplinar. Além disso, a interdisciplinaridade é, em si, objeto de investigação na Área, tanto na compreensão a respeito da interdisciplinaridade como prática educativa, como no seu entendimento no âmbito escolar. A escola tradicional é fortemente multidisciplinar e fragmentada. A estrutura disciplinar foi resultado de um modelo de Educação com vistas à profissionalização especializada. Uma das justificativas em favorecer as ciências disciplinares encontra-se justamente na formação de especialistas para exercer as funções do ensino: licenciados em física para ensinar física, licenciados em geografia para ensinar geografia, etc. O ensino ficou cada vez mais confinado à soma de múltiplas especialidades, disciplinar, poli e multidisciplinar, mas pouco interdisciplinar. Na prática da sala de aula, os professores tem dificuldade de estabelecer ambientes de ensino e aprendizagem interdisciplinares, mesmo que a matriz curricular e as práticas de ensino estejam abertas para que essas práticas aconteçam de fato.

Por se constituírem em formas diferenciadas e complementares de geração de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

conhecimentos, sem necessariamente se oporem, os pensamentos disciplinar, pluri, multi, inter e transdisciplinar, desafiam, do ponto de vista epistemológico, a identificação de características de atuação de cada uma dessas modalidades nas diferentes Áreas, assim como as suas possibilidades e limites. A inter- e a transdisciplinaridade no ensino são requisitos para o sucesso de propostas formativas contemporâneas, no contexto de transição de paradigmas pela qual o mundo passa na atualidade. O que se considera um paradigma pós-moderno, que supera gradativamente o estabelecido pela Ciência Moderna, é o questionamento e a crítica a teorias, conceitos, modelos e soluções anteriormente considerados suficientes na resolução de problemas científicos e sociais. Pensar, ensinar e aprender no contexto da complexidade é um desafio e uma motivação para pensar o princípio da fragmentação como uma redução mutilante do pensamento. A aceitação de tais argumentos remete à interdisciplinaridade no ensino como uma prática possível de ser implementada e um caminho metodológico que dão origem a um diálogo entre saberes, ressaltando o caráter de integrar conhecimentos que se justificam em separado. Com o desenvolvimento científico e as decorrências tecnológicas, o mundo vivido vai se tornando mais complexo, multifacetado, multicultural. Os problemas complexos e suas resoluções definem uma nova tradição de pesquisa em um novo tempo, de integração global, de sociedade em rede, com identidades científicas abrangentes, reconstruções nas delimitações dos campos de saberes. A interdisciplinaridade tem papel estratégico no sentido de estabelecer a relação entre saberes, propor o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre ciência e tecnologia, entre ciência e arte, apresentando-se, assim, como um conhecimento que responde aos desafios do saber complexo. A interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas entre duas ou mais áreas do conhecimento convergentes, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Pressupõe a geração de novos conhecimentos e novas disciplinas, para formar um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.

A interdisciplinaridade no ensino pode ser percebida com diferentes significados: (a) trabalho de formulação de currículos interdisciplinares para alguns, (b) abordagem na resolução de problemas para a qual conteúdos das diferentes disciplinas são mobilizados de modo integrado para outros, (c) movimento articulador no processo ensino-aprendizagem, ou ainda (d) um momento específico no amplo ato de ensinar e aprender, uma interdisciplinaridade educativa, englobando a interdisciplinaridade escolar formal e em ambientes alternativos, necessariamente passando pela formação de professores, seja a inicial ou a de capacitação em serviço. Seja qual for o significado atribuído a interdisciplinaridade, no Ensino esse é um tema necessariamente presente e indispensável.

Estratégias temáticas para articular interdisciplinaridade dos PPGs da Área de Ensino

No 1º Seminário de Acompanhamento de PPGs, realizado em novembro de 2011, foi debatida a necessidade de estruturação da Área. Para guardar as bases epistemológicas,

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

conceituais e metodológicas das subáreas componentes da Área de Ensino foram desenhadas quatro subáreas temáticas: 1- Ciências e Matemática, 2- Saúde, 3- Engenharia e Tecnologias e 4- Humanidades, Linguagens e Ciências Sociais. Numa categorização a priori, segundo os títulos, áreas de concentração e linhas de pesquisa dos PPGs, os 95 programas da Área em 2013 se distribuem pelas subáreas como apresentado na primeira linha da Tabela 6. No debate sobre alternativas de estrutura e operacionalidade para a diversidade de Programas, a partir de exemplos que existem em outras Áreas que trabalham na perspectiva multidisciplinar, foi apontada a possibilidade de organização de Câmaras Temáticas, que se conformariam segundo a densidade de programas.

Tabela 6: Matriz temática e características dos cursos na Área de Ensino

	Número de Cursos nos diversos Temas/sub-áreas *			
	Ciências e Matemática	Saúde e Ambiente	Engenharia e Tecnologias	Humanidades, Linguagens e C. Sociais
1-Títulos, áreas de concentração e linhas de pesquisa (total = 117)	84	20	5	8
2-Modalidade: Profissionais (n= 54) e Acadêmicos (n=38)	42 MP 26 M	10 MP 5 M	3 MP 1 M	3 MP 3 M
Doutorados (n=24)	16 DO	5 DO	1 DO	2 DO
3-Natureza: em rede multi-IES ou numa única IES	1	2	0	0
4-Foco no nível de Ensino: Educação Básica (EB) ou Ensino Superior (ES)	Ambos	Ambos	Ambos	Ambos 2 exclusivos de EB

* um curso pode desenvolver atividades em mais de uma Subárea

No 2º Seminário, realizado em março de 2013, foram sugeridas outras configurações para as Câmaras Temáticas, por modalidade de Programa (Profissionais e Acadêmicos); por vínculo de Programa (em redes nacionais e em IES específicas); por nível de ensino (educação básica e educação superior). A matriz que cruza esses temas e outras características foi desenhada na Tabela 6, linhas 1 a 4. A Área passa no momento pela identificação de como cada PPG se percebe nessa matriz para que possam compartilhar experiências, cooperar, intercambiar produções técnicas e acadêmicas e aprimorar critérios de avaliação. Adotou-se a perspectiva de formação de Grupos de Trabalho (GTs) para discussões segmentadas, com todos os PPGs podendo contribuir em todos os GTs. Essa estratégia visa identificar as sinergias da Área e ampliar a inserção do conhecimento gerado no Sistema Educacional Brasileiro, de modo a acrescentar para o alcance das metas do PNPG e do PNE.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO

A Área de Ensino tem, por definição, um enorme potencial de inserção do produto de sua atividade na Educação Básica, nos ensinos fundamental e médio, pois suas pesquisas, atividades de ensino, desenvolvimento tecnológico e extensão se desenvolvem sobre esse campo. Sua maior contribuição para a melhoria do Ensino Fundamental e Médio é a própria formação de mestres e doutores em Ensino, sumarizada na Tabela Além de mais de 2 mil professores qualificados nos Mestrados Profissionais da Área, com foco na aplicação do conhecimento da educação básica, a maioria dos programas acadêmicos também mostra vínculos com a Educação Básica, uma vez que seus docentes e pós-graduandos estão envolvidos em projetos como PIBID, Observatório da Educação e outros dessa natureza. Muitos dos pós-graduandos são docentes no Ensino Fundamental ou Médio e acabam, naturalmente, integrando equipes e favorecendo a integração entre os PPGs com a Educação Básica. Isso facilita ainda a participação de alunos da graduação nos grupos de pesquisa e projetos, fazendo uma ponte natural entre a graduação e a pós-graduação na área.

É interessante destacar que dos 95 PPGs da Área, 12 são propostas implementadas por Unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RF), sendo 2 no CEFET/RJ, 7 em Institutos Federais (IFs) de diversos Estados (2 no IFRJ, 2 no IFG, 1 no IFES, 1 no IFSP e 1 no IFSUL), e 3 na Universidade Federal Tecnológica do Paraná, número maior do que o de outras Áreas.

Essa concentração indica que a Área de Ensino e seus PPGs apresentam forte identidade com os objetos de trabalho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que é responsável pela expansão e desconcentração da formação de professores para o Ensino Fundamental e Médio. Nesse sentido, ainda de modo não sistematizado, tem se verificado a migração de muitos egressos de PPGs da Área para a Rede de Institutos Federais, com a finalidade de formação das licenciaturas. Uma oportunidade que se apresenta é a criação de

novos PPGs da Área de Ensino em regiões em que os IFs estão se implantando (Figura 5), numa superposição articulada das políticas públicas de regionalização do ensino médio, técnico, de graduação e de pós-graduação, e da ampliação de seu acesso, em todos os níveis.



Figura 5: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (fonte: MEC)



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A Área tem orientado aos PPGs que mantenham um acompanhamento dos egressos dos cursos, com o objetivo de detectar sua inserção no sistema educacional público, assim como de seus produtos e de sua produção acadêmica. Relatos de equipes técnicas de Secretarias de Educação têm sido constantes em afirmar, a partir de dados de avaliações de larga escala, a relação entre desempenho dos estudantes e a presença de professores com mestrado na área de Educação e/ou Ensino. De qualquer modo, a formação dos egressos permite livre trânsito em todas as áreas que envolvem a docência ou o “ensino de”. Nesse contexto cabe destacar duas propostas debatidas no 2º Seminário de Acompanhamento (i) o compromisso da Área com a Educação Básica, com a proposição de que se estabeleçam metas com a Educação Básica com prazo no mínimo de 10 anos, sem alterações, a fim de se avaliar os resultados alcançados; e (ii) a elaboração de um portfólio de produtos: egressos, dissertações, teses, artigos, produções técnicas e propostas de atividades educativas.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

MESTRADO ACADÊMICO

O Mestrado Acadêmico tem foco na formação de recursos humanos com vistas ao fortalecimento da pesquisa em Ensino no país. Visa aprofundar a formação científica e integrar os saberes disciplinares, pedagógicos e resultados de pesquisa na área de Ensino às práticas docentes. Destina-se a profissionais que atuam em contextos formais ou não formais de ensino, sejam eles professores da educação básica e/ou superior, licenciados, bacharéis e outros. Novos cursos serão necessariamente comparados com os demais programas atuantes na Área.

Proposta do Curso

A matriz curricular no Mestrado Acadêmico em Ensino deve mostrar clareza e coerência em seus objetivos, áreas de concentração e linhas de pesquisa do curso, integrá-los e contemplar disciplinas obrigatórias e eletivas que ofereçam conteúdos específicos aplicados ao Ensino e conteúdo de ensino/didáticos, ou seja, conteúdo específico que considere teorias e resultados de pesquisas relacionados ao ensino e a aprendizagem. Desse modo, os currículos devem incluir não apenas o conhecimento da Área específica em que o ensino está sendo aplicado, mas também as novas abordagens de ensino, subsidiando a elaboração de estratégias e recursos instrucionais inovadores a serem implementados em ambientes educativos. Devem ser oferecidas disciplinas articuladas às áreas de concentração e às linhas de pesquisa do curso. Todas as disciplinas devem ter, além das ementas, referências bibliográficas atualizadas e reconhecidas pela Área. O escopo de atuação e os objetivos devem estar bem definidos, evidenciando a inserção social e o perfil esperado do egresso. A proposta deve atender aos seguintes itens:

- clareza nos objetivos centrais do programa, explicitando as temáticas que conduzem à

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

proposta, como se contextualizam no âmbito da Área de Ensino; qual sua relevância e inserção local, regional, nacional e/ou internacional, sob a ótica do desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, social, cultural, econômico, e de inovação;

- perfil esperado para o egresso e expectativas para sua inserção no mercado de trabalho, a partir da titulação obtida no programa;
- número de vagas oferecidas e avaliação da demanda regional ou nacional de mercado de trabalho para o egresso;
- articulação coerente das ênfases do curso com suas área (s) de concentração, e destas com as linhas e projetos de pesquisa, que dão sustentação ao desenvolvimento de pesquisas e dissertações, publicações e produtos do conhecimento gerados no programa;
- matriz curricular composta por um conjunto coerente de disciplinas de natureza pedagógica que preparem o profissional para o ensino atualizado do tema em questão e que deem sustentação às áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa, de maneira a possibilitar uma sólida formação de recursos humanos de alto nível no escopo da proposta;
- matriz curricular contendo: ementas que reflitam sinteticamente, mas com precisão, seu conteúdo programático; referências essenciais e diretamente pertinentes ao desenvolvimento dos respectivos conteúdos, considerando tanto as bases conceituais e teóricas dos temas quanto as suas atualizações;
- análise da exequibilidade e do sucesso da implantação da proposta considerando: a dimensão, qualificação, dedicação e a composição multidisciplinar do corpo docente; a infraestrutura e o apoio Institucional existentes.
- Trabalho de conclusão em formato de dissertação acadêmica, podendo incorporar artigos ou outras produções publicadas no transcorrer do curso.

Corpo Docente

A proposta de um curso na Área de Ensino deve contar com corpo docente disposto a ampliar as fronteiras do conhecimento, desenvolver tecnologia e promover inovação, conforme registro de produtos na plataforma Lattes, e que tenha experiência, competência, produtividade e formação diversificada. Sua formação e produção devem ser coerentes com a(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa do programa. O programa deve ter uma base sólida em seu núcleo de professores permanentes, e não depender em excesso de professores colaboradores. O número de docentes do corpo permanente, especialmente daqueles com tempo integral na instituição, deve ser compatível às atividades diretamente relacionadas ao curso, levando-se em consideração, o número de alunos e orientandos previstos, as demandas curriculares de orientação e de pesquisa nas correspondentes áreas de concentração. Recomenda-se que sejam atendidos os seguintes indicadores:

- definição dos critérios de credenciamento para docentes permanentes e colaboradores, previstos no regimento/norma do curso;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- distribuição equilibrada do corpo docente pelas áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos;
- no mínimo 70% de docentes permanentes na composição global do corpo docente;
- quando da participação de docentes externos à instituição no quadro permanente, estes não devem superar 30% desse quadro e devem ser cedidos formalmente pela instituição de origem, conforme Portaria CAPES nº 2/2012;
- maioria dos docentes permanentes com contrato de tempo integral (40 horas) com a instituição e que pelo menos 1/3 da carga horária dedicadas às atividades de pesquisa do curso;
- proporção relevante dos docentes permanentes alocados exclusivamente no programa, os demais podendo participar de até 3 programas de pós-graduação desde que o terceiro seja mestrado profissional ou que esteja amparado pela Portaria CAPES nº 01/2012;
- inclusão de pós-doutorandos que tenham seus projetos de pesquisa e sua inserção aprovados pelo colegiado do programa. Estes docentes podem não ser considerados no total do corpo docente mas podem não ser contabilizados no denominador de qualquer um dos indicadores da ficha de avaliação.
- distribuição adequada da carga horária de ensino, pesquisa e orientação, entre o corpo docente permanente, em cada ano base;
- composição equilibrada e diversificada do corpo docente permanente em relação à área de origem de formação da Pós-Graduação e respectiva área de atuação, bem como pelas respectivas trajetórias de estudo e pesquisa, consubstanciadas em sua produção intelectual;
- experiência do corpo docente permanente em orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação, iniciação científica, especialização, mestrado e/ou doutorado;
- capacidade do corpo docente permanente para obtenção de recursos para pesquisa, incluindo informações sobre os financiamentos, sobre agências ou fontes de apoio nos projetos de pesquisa, e bolsas de produtividade obtidos nos últimos 3 anos;
- capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios nacionais e internacionais no âmbito dos objetivos do programa, e desenvolver atividades ligadas à difusão científica e cultural junto ao grande público;
- integração adequada às atividades de ensino e orientação da Pós-Graduação e graduação, quando pertinente.
- recomendável contar com doutores de vários campos do conhecimento que estejam dispostos a atuar na Área para contribuir na melhoria do ensino no país.

Atividades de Pesquisa

As temáticas que constituem a pesquisa em Ensino são reconhecidamente multidisciplinares e requerem enfoque interdisciplinar. Espera-se que a atividade interdisciplinar de pesquisa

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

contribua para o avanço do ensino no país, a geração de conhecimentos e tecnologias, e faça surgir um profissional com formação básica sólida e integradora. As linhas e atividades de pesquisa devem apresentar produções que de fato possam impactar na melhoria do ensino no país, assim como contribuir para o debate internacional sobre aprendizagem, natureza do conhecimento e abordagens inovadoras no ensino. Recomenda-se que sejam atendidos os seguintes aspectos:

- corpo docente permanente com contratos de 40 horas deve dedicar cerca de 20 horas às atividades de pesquisa e orientação;
- projetos de pesquisa vinculados à temática do ensino com coerência com as linhas de pesquisa do Programa, com abordagem multi e interdisciplinar, pressupondo, portanto, uma equipe executora composta por vários docentes e estudantes de Pós-Graduação, com formação e interesse nas distintas áreas do conhecimento necessárias para a condução das atividades de pesquisa;
- participação de alunos de graduação nos projetos, quando aplicável;
- detalhamento da inserção social esperada das atividades de pesquisa do programa.

Produção Intelectual

No caso de um curso da Área de Ensino, a formação de origem dos docentes e as suas trajetórias de estudo e pesquisa devem contemplar as ênfases do Curso. Essa trajetória deve se concretizar na forma de produção intelectual comprovada, e na capacidade de formação de recursos humanos. O volume da produção do corpo docente deve refletir investimento na Área de ensino, considerando artigos, livros, capítulos de livros, textos completos em anais de eventos e produção técnica destinada ao ensino em todas as suas modalidades, e deve buscar visibilidade nacional e internacional. É importante que as publicações qualificadas, segundo os estratos do Qualis-periódicos da Área de Ensino, tenham uma boa uniformidade de distribuição entre os membros do corpo docente, não sendo recomendável que a produção esteja concentrada em uma percentagem pequena de docentes do programa. Esse equilíbrio idealmente, deve significar que a qualificação do corpo docente não se concentre demais em poucos professores, nem que ela se distribua igualmente por todos. No primeiro caso, a existência de docentes não-produtivos significa que alunos podem ser orientados por professores afastados da criação científica. No segundo, a igualdade exagerada pode significar que não haja senioridade e/ou renovação de quadros no programa. Publicações de livros e capítulos de livros voltados para temas de interesse da Área de Ensino também devem ser considerados. Além disso, para a avaliação do Programa a produção técnica dos docentes e discentes também será considerada, na perspectiva de pesquisa translacional. Nesse contexto, considera-se a produção intelectual do corpo docente permanente através de um conjunto importante de indicadores:

- produção docente qualificada com inserção nos estratos A1 a B3, contínua e bem distribuída entre os docentes permanentes em periódicos científicos registrados no

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Qualis periódico da Área. A produção contabilizada na análise da proposta é a referente aos últimos três (03) anos, sendo analisados também os últimos cinco (05) anos para melhor observar sua evolução e a experiência do grupo. Considera-se também a produção em livros e capítulos com ponderação mínima (L1 e C1).

Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Recomendações específicas da área sobre a estrutura física disponibilizada para implantação e o êxito do curso novo:

- descrição da infraestrutura acadêmica e de pesquisa, atendo-se àquela disponível diretamente para as atividades próprias do programa, levando em consideração os seguintes aspectos: apoio administrativo e operacional, salas para docentes e para alunos, salas de aula, laboratórios de pesquisa e ensino, especificando a dimensão das áreas físicas, capacidade de lotação e equipamentos de apoio e suporte existentes, programa de manutenção e atualização, etc.;
- descrição e dimensionamento da área física da biblioteca, informando especificamente os espaços destinados à leitura, pesquisa e estudos, bem como o número médio de usuários, e o acervo de referências indicadas nas ementas das disciplinas, bem como disponibilidade de acesso aos portais de periódicos.

Além do detalhamento da infraestrutura física que dará sustentação ao Programa, a instituição proponente deve assumir compromissos formais, anexando à proposta documentos tais como:

- Portaria da IES de aprovação institucional do curso, responsabilizando-se por sua implantação através da garantia de um corpo docente permanente estável, com disponibilidade efetiva para desenvolver pesquisa e atividades de ensino e orientação na Pós-Graduação; e disponibilização/manutenção da infraestrutura necessária para desenvolvimento das atividades da proposta, além de uma secretaria para atender as necessidades do Programa e receber os treinamentos da CAPES quando ofertados.
- Regimento Interno do Curso, contendo, entre outras, as informações referentes aos critérios de: (i) credenciamento e recredenciamento de docentes permanentes e colaboradores; (ii) abertura de vagas, periodicidade para ingresso; (iii) processo seletivo; (iv) concessão de bolsas.

Acordos de cooperação entre instituições, com agências de governo ou empresas, quando houver.

DOUTORADO

O Doutorado tem como principal objetivo a formação de pesquisadores capazes de realizar investigações de natureza aprofundada na Área de Ensino. As pesquisas devem envolver análise, desenvolvimento e aplicação de produtos e processos educacionais. Destinam-se a profissionais que atuam em contextos formais e não-formais de ensino, incluindo mestres, licenciados,

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

bacharéis, professores da educação básica ou superior. Visa preparar educadores com sólida formação científica, capazes de atuar de forma inovadora no Ensino Básico ou no Superior e de produzir novos conhecimentos, participando de maneira crítica, construtiva e transformadora na definição e implementação de políticas públicas na área de ensino. A passagem do Programa para o Nível 4 não é condição suficiente para abrir um curso de doutorado.

Proposta do Curso

A matriz curricular no Doutorado em Ensino deve mostrar clareza e coerência em seus objetivos, áreas de concentração e linhas de pesquisa do curso, integrá-los e contemplar disciplinas obrigatórias e eletivas que ofereçam conteúdos disciplinares aplicados ao Ensino e conteúdo de ensino/didáticos, ou seja, conteúdo específico que considere teorias e resultados de pesquisas relacionadas ao ensino e a aprendizagem. Desse modo, os currículos devem incluir não apenas o conhecimento da Área disciplinar em que o ensino está sendo aplicado, mas também as novas abordagens de ensino, subsidiando a elaboração de estratégias e recursos instrucionais inovadores a serem implementados em ambientes educativos. Devem ser oferecidas disciplinas articuladas às áreas de concentração e às linhas de pesquisa do curso e disciplinas eletivas relacionadas a outros campos do conhecimento. Todas as disciplinas devem ter, além das ementas, referências bibliográficas atualizadas e reconhecidas pela Área. O escopo de atuação e os objetivos devem estar bem definidos, evidenciando a inserção social e o perfil esperado do egresso, devendo atender aos seguintes itens:

- objetivos centrais do programa, explicitando as temáticas que conduzem à proposta; como estas se contextualizam no âmbito da Área de Ensino; e qual sua relevância e inserção local, regional, nacional e/ou internacional, sob a ótica do desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, social, cultural, econômico, e de inovação;
- perfil esperado para o egresso e expectativas para sua inserção no mercado de trabalho, a partir da titulação obtida no programa;
- número de vagas oferecido e avaliação da demanda regional ou nacional de mercado de trabalho para os egressos;
- articulação coerente das ênfases do curso com suas área (s) de concentração, e destas com as linhas e projetos de pesquisa, que dão sustentação ao desenvolvimento de pesquisas e dissertações, publicações e produtos do conhecimento gerados no programa;
- matriz curricular composta por um conjunto coerente de disciplinas de cunho pedagógico que preparem o profissional para o ensino atualizado do tema em questão e que deem sustentação às áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa, de maneira a possibilitar uma sólida formação de recursos humanos de alto nível no escopo da proposta;
- matriz curricular contendo: ementas que reflitam sinteticamente, mas com precisão, seu conteúdo programático; referências essenciais e diretamente pertinentes ao desenvolvimento dos respectivos conteúdos, considerando tanto as bases conceituais e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

teóricas dos temas quanto as suas atualizações;

- análise da exequibilidade e do sucesso da implantação da proposta considerando: a dimensão, qualificação, dedicação e a composição multidisciplinar do corpo docente; a infraestrutura e o apoio Institucional existentes;
- Tese final podendo incorporar artigos ou outras produções geradas no transcorrer do curso.

Corpo Docente

A proposta de um curso na Área de Ensino deve contar com corpo docente disposto a ampliar as fronteiras do conhecimento, desenvolver tecnologia e promover inovação, conforme registro de produtos na plataforma Lattes, e que tenha experiência, competência, produtividade e formação diversificada. O programa deve ter uma base sólida em seu núcleo de professores permanentes, e não depender em excesso de professores colaboradores. O corpo docente deve ter formação ou atuação/produção na Área de Ensino, podendo contar com doutores de outros campos do conhecimento que estejam dispostos a atuar nesta Área. A proposta deve claramente identificar pelo menos dois líderes de pesquisa no corpo docente e evidenciar que o corpo docente é formado por doutores com experiência de orientação reconhecida (orientação de mestres já consolidada) e com comprovada capacidade de pesquisa, demonstrada pela coordenação de projetos de pesquisa com financiamento externo e em cooperação com grupos de pesquisa consolidados, entre outros critérios. É desejável haver doutores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq ou Fundações Estaduais de Amparo a Pesquisa. Sua formação e produção devem ser coerentes com a(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa do programa. O número de docentes do corpo permanente, especialmente daqueles com tempo integral na instituição, deve ser compatível às atividades diretamente relacionadas ao curso, levando-se em consideração, o número de alunos e orientandos previstos, as demandas curriculares de orientação e de pesquisa nas correspondentes áreas de concentração. O orientador deve incentivar o orientando a refletir sobre questões que contribuam efetivamente para a melhoria do ensino no país, de modo a favorecer transformações sobre suas representações a respeito do ensino, da aprendizagem acerca dos conteúdos específicos da área de concentração. Recomenda-se que sejam atendidos os seguintes indicadores:

- definição dos critérios de credenciamento para docentes permanentes e colaboradores no regimento/norma do curso;
- corpo docente constituído de no mínimo 10 professores;
- distribuição equilibrada do corpo docente pelas áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos e orientação de doutorandos;
- no mínimo 70% de docentes permanentes na composição global do corpo docente
- quando da participação de docentes externos à instituição no quadro permanente, estes não devem superar 30% desse quadro e devem ser cedidos formalmente pela instituição de origem, conforme Portaria CAPES nº 2/2012;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- maioria dos docentes permanentes com contrato de tempo integral (40 horas) com a instituição e que pelo menos 1/3 da carga horária dedicadas às atividades de pesquisa do curso;
- proporção relevante dos docentes permanentes alocados exclusivamente no programa, os demais podendo participar de até 3 programas de pós-graduação desde que o terceiro seja mestrado profissional ou que esteja amparado pela Portaria CAPES nº 01/2012;
- inclusão de pós-doutorandos que tenham seus projetos de pesquisa e sua inserção aprovados pelo colegiado do programa. Estes podem ser considerados no total do corpo docente mas não precisam ser contabilizados no denominador de qualquer um dos indicadores da ficha de avaliação;
- distribuição adequada da carga horária de ensino, pesquisa e orientação, entre o corpo docente permanente, em cada ano base;
- composição equilibrada e diversificada do corpo docente permanente em relação à área de origem de formação da Pós-Graduação e respectiva área de atuação, bem como pelas respectivas trajetórias de estudo e pesquisa, consubstanciadas em sua produção intelectual;
- experiência do corpo docente permanente em orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação, iniciação científica, especialização, mestrado e/ou doutorado (esta última altamente recomendada);
- capacidade do corpo docente permanente para obtenção de recursos para pesquisa, incluindo informações sobre os financiamentos, sobre agências ou fontes de apoio nos projetos de pesquisa, e bolsas de produtividade obtidos nos últimos 3 anos;
- capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios nacionais e internacionais no âmbito dos objetivos do programa, e desenvolver atividades ligadas à difusão científica e cultural junto ao grande público;
- integração adequada às atividades de ensino e orientação da Pós-Graduação e graduação, quando pertinente;

Atividades de Pesquisa

As temáticas que constituem a pesquisa em Ensino são reconhecidamente multidisciplinares e requerem enfoque interdisciplinar, fazendo convergir duas ou mais áreas do conhecimento. Espera-se que a atividade interdisciplinar de pesquisa contribua para o avanço do ensino no país, a geração de conhecimentos e tecnologias, e faça surgir um profissional com formação básica sólida e integradora. As linhas e atividades de pesquisa devem apresentar produções que de fato possam contribuir para o impacto no ensino do país, assim como contribuir para o debate internacional sobre aprendizagem, natureza do conhecimento e abordagens inovadoras no ensino. Recomenda-se que sejam atendidos os seguintes aspectos:

- corpo docente permanente com contratos de 40 horas deve dedicar cerca de 20 horas às atividades de pesquisa e orientação;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- projetos de pesquisa vinculados à temática do ensino com coerência com as linhas de pesquisa do Programa, com abordagem multi e interdisciplinar, pressupondo, portanto, uma equipe executora composta por vários docentes e alunos do Programa, com formação e interesse nas distintas áreas do conhecimento necessárias para a condução das atividades de pesquisa, buscando uma integração de esforços para impulsionar a produção intelectual da Área;
- participação de alunos de graduação nos projetos, quando aplicável;
- detalhamento da inserção social esperada das atividades de pesquisa do programa.

Produção Intelectual

No caso de um curso de Doutorado na Área de Ensino, o volume da produção do corpo docente deve refletir investimento na Área de ensino, considerando artigos, livros, capítulos de livros, textos completos em anais de eventos e produção técnica destinada ao ensino em todas as suas modalidades. Deve buscar visibilidade nacional e internacional. É importante que as publicações qualificadas, segundo os estratos do Qualis-periódicos da Área de Ensino, tenham uma boa uniformidade de distribuição entre os membros do corpo docente, não sendo recomendável que a produção esteja concentrada em uma percentagem pequena de docentes do programa. Esse equilíbrio idealmente, deve significar que a qualificação do corpo docente não se concentre demais em poucos professores, nem que ela se distribua igualmente por todos. No primeiro caso, a existência de docentes não-produtivos significa que alunos podem ser orientados por professores afastados da criação científica. No segundo, a igualdade exagerada pode significar que não haja senioridade e/ou renovação de quadros no programa. Publicações de livros e capítulos de livros voltados para temas de interesse da Área de Ensino também devem ser estimulados. Além disso, para a avaliação do Programa a produção técnica dos docentes e discentes também será considerada, na perspectiva de pesquisa translacional. Nesse contexto, considera-se a produção intelectual do corpo docente permanente relacionada com a proposta do programa, área(s) de concentração e linhas de pesquisa através de um conjunto importante de indicadores:

- produção docente qualificada com inserção nos estratos A1 a B3 contínua e bem distribuída entre os docentes permanentes em periódicos científicos registrados no Qualis periódico da Área. A produção contabilizada na análise da proposta é a referente aos últimos 3 anos, sendo analisados também os últimos 5 anos para melhor observar sua evolução e a experiência do grupo. Considera-se também a produção em livros e capítulos com ponderação mínima (L1 e C1);

Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Recomendações específicas da área sobre a estrutura física disponibilizada para implantação e o êxito do curso novo:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- descrição da infraestrutura acadêmica e de pesquisa, atendo-se àquela disponível diretamente para as atividades próprias do programa, levando em consideração os seguintes aspectos: apoio administrativo e operacional, salas para docentes e para alunos, salas de aula, laboratórios de pesquisa e ensino, especificando a dimensão das áreas físicas, capacidade de lotação e equipamentos de apoio e suporte existentes, programa de manutenção e atualização, etc.;
- descrição e dimensionamento da área física da biblioteca, informando especificamente os espaços destinados à leitura, pesquisa e estudos, bem como o número médio de usuários, e o acervo de referências indicadas nas ementas das disciplinas, bem como disponibilidade de acesso aos portais de periódicos.

Além do detalhamento da infraestrutura física que dará sustentação ao programa, a instituição proponente deve assumir compromissos formais, anexando à proposta documentos tais como:

- Portaria da IES de aprovação institucional do curso, responsabilizando-se por sua implantação através da garantia de um corpo docente permanente estável, com disponibilidade efetiva para desenvolver pesquisa e atividades de ensino e orientação na Pós-Graduação; e disponibilização/manutenção da infraestrutura necessária para desenvolvimento das atividades da proposta, além de uma secretaria para atender as necessidades do Programa e receber os treinamentos da CAPES quando ofertados.
- Regimento Interno do Curso, contendo, entre outras, as informações referentes aos critérios de: (i) credenciamento e reconhecimento de docentes permanentes e colaboradores; (ii) abertura de vagas, periodicidade para ingresso; (iii) processo seletivo; (iv) concessão de bolsas.
- Acordos de cooperação entre instituições, com agências de governo ou empresas, quando houver.

MESTRADO PROFISSIONAL

Os Mestrados Profissionais da Área de Ensino não são variações ou adaptações dos Mestrados Acadêmicos já existentes na Área; são intrinsecamente diferentes. Seu corpo docente deve ter expressiva produção técnica em ensino e/ou atuação em educação, atuação na Educação Básica, Ensino Superior, Formação Docente e/ou popularização em ciência e tecnologia, sem desconsiderar a produção acadêmica. Seu foco está na aplicação do conhecimento, ou seja, na pesquisa aplicada e no desenvolvimento de produtos e processos educacionais que sejam implementados em condições reais de ensino. Esta deve ser a ênfase dos Mestrados Profissionais da Área. Destinam-se principalmente a professores da educação básica e/ou profissionais de ensino formal ou não formal nos diferentes campos de conhecimento. Assim, as propostas devem atender aos seguintes itens:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Proposta do Curso

- definição das ênfases centrais do curso, explicitando: quais as temáticas que conduzem à proposta; como estas se contextualizam no âmbito da Área de Ensino; e qual sua relevância e inserção local, regional, nacional e/ou internacional, sob a ótica do desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, social, cultural, econômico, e de inovação;
- articulação coerente das ênfases do curso com suas áreas de concentração, e destas com as Linhas de Atuação que dão sustentação aos temas vinculados aos produtos do conhecimento gerados no curso;
- projetos de pesquisa estruturadores vinculados à temática do curso proposto, composto por docentes com formação e atuação nas distintas áreas do conhecimento necessárias para a condução das atividades de pesquisa;
- Matriz curricular composta por conjunto coerente de disciplinas que fundamentem as áreas de concentração e respectivas linhas de atuação, de maneira a possibilitar uma sólida formação de profissionais de ensino de alto nível no escopo da proposta; a matriz deve adequar também sua carga horária total com disciplinas de natureza pedagógica com outras de conteúdo disciplinar diretamente relacionado à área de ensino atendida pelo curso. O objetivo é melhorar e/ou atualizar a formação dos professores e profissionais em conteúdos específicos, levando em conta que o profissional em ensino deve saber o que está ensinando e saber como ensinar esse conteúdo;
- As disciplinas direcionadas ao ensino de temas específicos, levando em conta a necessidade da construção de significados dos conceitos e a transposição didática do saber científico para o saber escolar;
- As disciplinas de natureza pedagógica e epistemológica enfocando a aprendizagem, a natureza do conhecimento, as novas abordagens ao ensino, subsidiando a elaboração de estratégias e recursos instrucionais inovadores a serem implementados em sala de aula;
- Acompanhamento de prática profissional (Prática de Estágio Supervisionado) como requisito obrigatório para a integralização curricular. É a oportunidade para que o orientador vá à escola, conheça o local de trabalho do orientando e acompanhe a implementação da proposta que gerará o trabalho de conclusão. Em casos de dificuldade de acesso à escola o acompanhamento pode ser registrado por meio de gravações em vídeo ou por outras formas. O objetivo é que o orientador tome conhecimento da realidade da escola ou ambiente de trabalho de seu orientando de modo que, em parceria, possam levantar questões a serem estudadas e assim contribuir efetivamente para a melhoria do ensino no país.
- Trabalho de conclusão: no Mestrado Profissional é de natureza distinta do Mestrado Acadêmico. O mestrando deve desenvolver um processo ou produto educativo e utilizá-lo em condições reais de sala de aula ou de espaços não-formais ou informais de ensino, em

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição etc. O trabalho final deve incluir necessariamente o relato fundamentado desta experiência, no qual o produto educacional desenvolvido é parte integrante. As bancas examinadoras devem incluir a participação de membro externo ao Programa em que o trabalho foi desenvolvido.

Corpo Docente

1. O corpo docente do curso proposto deverá ser integrado de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos, nos termos da Portaria Normativa MEC nº 17 de 28 de dezembro de 2009. Deve contar com doutores com formação na área de Ensino ou em outros campos do conhecimento. Porém como o Mestrado Profissional é um espaço para a incorporação à Área de Ensino de doutores de origens diversas que estejam dispostos a contribuir para a melhoria do ensino no país, sua inclusão no corpo docente é recomendada. A atuação em eventos científicos, bem como em educação e popularização em C&T, incluindo feiras de ciências e olimpíadas, devidamente registradas na plataforma Lattes, também serão consideradas. O programa deve ter uma base sólida em seu núcleo de professores permanentes, e não depender em excesso de professores colaboradores. Constituem um conjunto importante de recomendações e indicadores os itens:

- definição dos critérios de credenciamento para docentes permanentes e colaboradores;
- corpo docente permanente correspondendo no mínimo a 70% do corpo docente total;
- número de docentes do corpo permanente, especialmente daqueles com tempo integral na instituição, compatível às atividades diretamente relacionadas ao curso, levando-se em consideração o número de alunos e orientandos previstos, as demandas curriculares, de orientação e de pesquisa nas correspondentes áreas de concentração, considerando o estabelecido pelo inciso VI do artigo 7 da Portaria Normativa MEC nº 17 (de 28 de dezembro de 2009): “o programa deve comprovar carga horária e condição de trabalho dos docentes compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”.
- 50% dos docentes permanentes alocados apenas no Programa, podendo os demais participar de até 3 programas de pós-graduação;
- experiência do corpo docente permanente em orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação, iniciação científica, especialização, mestrado e/ou doutorado;
- maioria dos docentes permanentes com contrato de tempo integral (40 horas) com a instituição e que pelo menos 1/3 da carga horária dedicada às atividades do curso;
- distribuição adequada da carga horária de ensino, pesquisa e orientação, entre o corpo docente permanente, em cada ano base;
- inclusão de pós-doutorandos que tenham seus projetos de pesquisa e sua inserção aprovados

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pelo colegiado do programa. Estes docentes não precisam ser considerados no total do corpo docente permanente de modo a não contabilizar o denominador de qualquer um dos indicadores da ficha de avaliação.

- participação de docentes externos à instituição no quadro permanente não deve ultrapassar 30% desse quadro, com anuência formal de sua instituição de origem, conforme Portaria CAPES nº 2/2012;
- capacidade do corpo docente permanente para obtenção de recursos para pesquisa, incluindo informações sobre os financiamentos, sobre agências ou fontes de apoio nos projetos de pesquisa, e bolsas de produtividade obtidos nos últimos 3 anos;
- capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios nacionais e internacionais, no âmbito dos objetivos do programa;
- capacidade do corpo docente permanente em desenvolver atividades ligadas à difusão científica e cultural junto ao grande público;
- integração adequada às atividades de ensino e orientação da Pós-Graduação e graduação, quando pertinente. número máximo de 8 orientandos por docente permanente segundo a recomendação da CAPES (Art. 2º da Portaria 01/2012). A participação em associações em rede pode necessitar flexibilidade nesse limite, sendo aceitável caso o orientador demonstre capacidade de captação de recursos, produtividade científica elevada, tempo de titulação dos formandos adequada, e possua infra-estrutura compatível ao desenvolvimento das atividades propostas. Justificativas plausíveis para o docente extrapolar o número de orientandos de forma clara e objetiva devem ser apresentadas.

Atividade de Pesquisa

Para um Mestrado Profissional, um curso de pós-graduação *stricto sensu*, a atividade de pesquisa é um grande diferencial com relação aos chamados cursos *lato sensu*, de extensão ou de especialização, que em essência correspondem a um aprimoramento na formação profissional.

Recomenda-se equilíbrio e integração entre Áreas de Concentração, Linhas de Atuação e projetos, e que os projetos tenham participação de alunos da graduação, explicitem contrapartidas institucionais ou da iniciativa privada, a fonte de financiamento, a articulação com instituições ou agências públicas e privadas e a inserção social esperada, quando o caso. Recomenda-se também que a concepção da proposta contenha projetos estruturadores que estabeleçam espaço de pesquisa entre docentes e discentes.

Produção Intelectual

A formação de origem dos docentes e as suas trajetórias de estudo e pesquisa devem contemplar as ênfases do Curso de Mestrado Profissional em Ensino. Essa trajetória deve se concretizar na forma de produção intelectual comprovada, e na capacidade de formação de recursos humanos. O

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

volume da produção do corpo docente deve refletir investimento na Área de ensino, considerando artigos, livros, capítulos de livros, textos completos em anais de eventos e produção técnica destinada ao ensino em todas as suas modalidades, qualificada segundo os estratos do Qualis-periódicos da Área. É importante que as publicações qualificadas tenham uma boa uniformidade de distribuição entre os membros do corpo docente, não sendo recomendável que a produção esteja concentrada em uma percentagem pequena de docentes do programa. Esse equilíbrio idealmente, deve significar que a qualificação do corpo docente não se concentre demais em poucos professores, nem que ela se distribua igualmente por todos. No primeiro caso, a existência de docentes não-produtivos significa que alunos podem ser orientados por professores afastados da criação científica. No segundo, a igualdade exagerada pode significar que não haja senioridade e/ou renovação de quadros no programa. A produção técnica dos docentes e discentes também será considerada, na perspectiva de pesquisa translacional. Nesse contexto, considera-se a produção intelectual do corpo docente permanente através de um conjunto importante de indicadores:

- produção intelectual do corpo docente permanente relacionada com a proposta do programa, área(s) de concentração e linhas de pesquisa, será contabilizada referente aos últimos 3 anos, sendo analisados também os últimos 5 anos para melhor observar sua evolução e a experiência do grupo.
- produção docente qualificada, contínua e bem distribuída entre os docentes permanentes em periódicos científicos registrados no Qualis periódico da área,
- considera-se também a produção em livros e capítulos com ponderação mínima (L1 e C1);
- o Mestrado Profissional destaca a produção técnica/tecnológica na área de Ensino, entendida como produtos e processos educacionais que possam ser utilizados por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não-formais. Produtos educacionais podem ser, por exemplo: •Mídias educacionais (vídeos, simulações, animações, vídeo-aulas, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais, etc.);• Protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; •Propostas de ensino (sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas, etc.); Material textual (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares); • Materiais interativos (jogos, kits e similares); •Atividades de extensão (exposições científicas, cursos, oficinas, ciclos de palestras, exposições, atividades de divulgação científica e outras);

Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

Recomendações específicas da área sobre a estrutura física disponibilizada para implantação e o êxito do curso novo:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- descrição da infraestrutura acadêmica e de pesquisa, atendo-se àquela disponível diretamente para as atividades próprias do programa, levando em consideração os seguintes aspectos: apoio administrativo, salas para docentes e para alunos, salas de aula, laboratórios de pesquisa e ensino, especificando a dimensão das áreas físicas, capacidade de lotação e equipamentos de apoio e suporte existentes;
- descrição e dimensionamento da área física da biblioteca, informando especificamente os espaços destinados à leitura, pesquisa e estudos, bem como o número médio de usuários, e o acervo de referências indicadas nas ementas das disciplinas, bem como disponibilidade de acesso aos portais de periódicos.

Além do detalhamento da infraestrutura física que dará sustentação ao programa, a instituição proponente deve assumir compromissos formais, anexando à proposta documentos tais como:

- Portaria de aprovação Institucional do Curso, responsabilizando-se por sua implantação através da garantia de um corpo docente permanente estável, com disponibilidade efetiva para desenvolver pesquisa e atividades de ensino e orientação na Pós-Graduação; e da disponibilização e manutenção da infraestrutura necessária para desenvolvimento das atividades da proposta, além de uma secretaria para atender as necessidades do Programa e receber os treinamentos da CAPES quando ofertados.
- Regimento Interno do Curso, contendo, entre outras, as informações referentes aos critérios de: (i) credenciamento e recredenciamento de docentes permanentes e colaboradores; (ii) abertura de vagas, periodicidade para ingresso; (iii) processo seletivo; (iv) concessão de bolsas.
- Acordos de cooperação entre instituições, com agências de governo ou empresas, quando houver envolvimento das mesmas.

A avaliação dos Mestrados Profissionais será independente daquela realizada nos Cursos Acadêmicos e utilizará critérios apropriados às características destes Cursos.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A avaliação da Pós-graduação brasileira tem se tornado cada vez mais transparente, sendo disponibilizadas as informações para acesso público na página web da CAPES a cada passo do processo. A base inicial de dados para a avaliação é formada pelo seguinte conjunto de relatórios padronizados: 1. Programa; 2. Teses e Dissertações; 3. Produção Bibliográfica; 4. Produção Técnica; 5. Produção Artística; 6. Corpo Docente, Vínculo, Formação; 7. Disciplinas; 8. Linhas de Pesquisa; 9. Projetos de Pesquisa; 10. Proposta do Programa; 11. Docente Atuação; 12. Docente Produção.

As orientações deste documento consideram as especificidades da Área, algumas delas

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

assinaladas no item anterior; outras, definidas por documentos produzidos para avaliações até então conduzidas. Também incorpora decisões expressas em documentos aprovados recentemente pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC-ES) sobre regras de avaliação. Os requisitos e critérios preservam diretrizes adotadas em avaliações anteriores. O documento tem o propósito de orientar no processo de avaliação trienal 2013 dos PPGs da Área, fundamentar e aperfeiçoar os indicadores que subsidiam a avaliação do SNPG nesta área; não tem, portanto, pretensão de servir para outras finalidades que não aquelas a que são inicialmente destinadas.

O aperfeiçoamento dos PPGs da Área de Ensino, assim como a aprovação de novas propostas que venham a ser apresentadas, requer uma análise criteriosa sobre seus pontos fracos e fortes, seu desempenho e sobre seu estágio de desenvolvimento, assim como sua potencial contribuição para as metas do PNPG e do PNE. A avaliação, além de aferir a qualidade dos Programas, deve ser um instrumento para a sua melhoria e contribuir para o aumento da eficiência dos PPGs no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível para o Ensino. Por isso, além dos necessários indicadores de produtos que tendem a permitir a discriminação, a Área de Ensino utiliza também indicadores de processo que tem a função pedagógica de apresentar o que se espera em termos da organização e do funcionamento dos PPGs. A ficha de Avaliação é, portanto, tanto instrumento de avaliação como balizamento para que os Programas planejem suas ações futuras, orientadas por um perfil de qualidade previamente conhecido.

A proposta do Programa é objeto de avaliação permanente. São observadas as modificações apontadas pela coordenação tendo como referência de análise a coerência entre foco da proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos, disciplinas, corpo docente e perfil do egresso. A interdisciplinaridade é o parâmetro norteador da avaliação dessa coerência. Nas fichas de avaliação, tanto para Acadêmicos como para Profissionais, a Proposta do Programa não tem peso com relação aos demais quesitos, mas funciona como trava. A Proposta deve ser atualizada constantemente, atender aos critérios e estar fundamentada nos princípios da Área.

Para avaliação do tempo médio de titulação de bolsistas em nível de mestrado e de doutorado, é considerada, como parâmetro, a média de 24 a 30 meses para mestrado acadêmico, 36 meses para o Mestrado Profissional e 48 a 60 meses para o doutorado.

Em relação aos indicadores de produção acadêmica, são considerados, para fins de avaliação, os parâmetros descritos nos itens específicos deste documento, nas fichas de avaliação comentadas. A Tabela 7 mostra o peso relativo de cada Quesito no processo de avaliação. A Área de Ensino destaca 25% para o quesito Inserção Social no Mestrado Profissional, e mantém a prática já consolidada na avaliação trienal anterior, que atribui para seus cursos acadêmicos o peso de 15% neste quesito, pela compreensão de que é um item essencial para a Área, maior do que o peso de 10% adotado por muitas Áreas.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013**Tabela 7: Pesos relativos no processo de avaliação dos PPGs da Área de Ensino**

	Proposta	Corpo docente	Corpo discente	Produção Intelectual	Inserção Social
Peso na Avaliação – ME/DO	0%	15%	35%	35%	15%
Peso na Avaliação – MP	0%	15%	30%	30%	25%

No processo de avaliação cada um desses Quesitos é desdobrado em componentes que também são valorados com pesos diferentes, como descrito em detalhes no item IV desse documento, que apresenta as Fichas de Avaliação. Cada componente é classificado como Muito Bom (MB), Bom (B), Regular (R), Fraco (F) e Deficiente (D), segundo critérios quantitativos ou qualitativos.

A Proposta do Curso é um dos poucos itens descritivos do documento, no qual os coordenadores podem incluir informações que, de alguma forma, ficam pouco visíveis quando apenas listados quantitativa e sumariamente nas planilhas e relações da produção. É o espaço adequado para a descrição de resultados efetivos de parcerias nacionais e internacionais firmadas no triênio; projeções para os anos seguintes; formas de vinculações com a graduação etc. Descrições sobre espaços físicos e a infraestrutura devem ser sucintas.

A importância da avaliação da produção intelectual do Programa está na compreensão de que aqueles com produção de alta qualidade oferecem, potencialmente, condições para uma melhor formação de alunos. Por sua vez, é relevante a participação dos alunos nesta produção, consistindo para a Área de Ensino um dos pontos centrais da avaliação do desempenho do Corpo Discente. Também é valorizada a produção conjunta dos docentes nos PPGs, sendo possível a consideração de dois índices de produção em periódicos, um que leva em conta o número absoluto de artigos do programa e outro que considera a co-autoria entre docentes do programa, para estimular a visão interdisciplinar dos problemas tratados.

Considera-se a participação discente em eventos científicos relevante para o contato com a comunidade, troca de experiências, estabelecimento de colaborações, ajustes no desenvolvimento do projeto de pesquisa, entre outros fatores. No entanto, cabe ressaltar que uma medida do desempenho pleno do corpo discente repousa na co-autoria em produções de maior qualidade, como artigos publicados em periódicos bem avaliados pelo Qualis, livros e capítulos de livros, produção técnica e trabalhos completos em eventos, todos qualificados nos melhores estratos na Área. A qualidade das teses e dissertações é avaliada, principalmente, segundo os produtos que geram com a participação discente explícita. Por essa razão, consideram-se, para fins de avaliação da produção intelectual do programa, os trabalhos gerados por egressos até cinco anos após a conclusão do curso, sempre que caracterizados como frutos de suas teses ou



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

dissertações.

A coautoria discente na produção qualificada, além de ser um indicador de qualidade dos recursos humanos formados pelo Programa, contribui para a inserção do egresso no mercado de trabalho. Um dos resultados mais nobres de um programa de Pós-graduação é transformar a vida dos seus titulados, abrindo-lhes novas perspectivas neste mercado. O destino dos egressos, por conseguinte, é um item da avaliação dos programas de Pós-graduação.

Seguindo o que dispõe as Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012, a composição do corpo docente dos Programas de Pós-Graduação, considerando Permanentes, Colaboradores e Visitantes e eventuais modificações decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, devem ser apresentadas e justificadas no quesito Proposta do Programa, sendo objeto de avaliação pela Área.

Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, de acordo com as referidas Portarias, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. Respeitadas as exceções previstas na Portaria CAPES nº 01/2012, ao menos 50% do tempo de contrato dos docentes permanentes deve ser dedicado às atividades do Programa. A Área de Ensino considera que o corpo docente permanente deve ter, no mínimo, 20 horas de dedicação às atividades relacionadas pesquisa e orientação. O número máximo de 8 orientandos por docente permanente segue a recomendação da CAPES (Art. 2º da Portaria CAPES nº 01/2012). A participação em associações em rede pode necessitar flexibilidade nesse limite, sendo aceitável caso o orientador demonstre capacidade de captação de recursos, produtividade científica elevada, tempo de titulação dos formandos adequada, e possua infraestrutura compatível ao desenvolvimento das atividades propostas. Para qualquer PPG deve ser apresentada de forma clara e objetiva justificativa plausível para o docente extrapolar o número de orientandos.

A Área considera que até 20% dos docentes com 0 ou 1 aluno no triênio só é aceitável nas seguintes situações: docentes recém-doutores sem experiência em orientação e novatos no Programa; docentes que se afastaram para estágio sênior ou pós-doutoramento no período considerado; docentes com carga horária requisitada fortemente em atividades de gestão acadêmico-administrativa.

A atuação de docentes permanentes em até três programas é admitida excepcional e temporariamente nas situações elencadas na Portaria CAPES nº 01/2012, a saber: “a) nos casos em que o terceiro programa seja um curso da região norte e dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato do Grosso do Sul e que estejam nas áreas prioritárias: áreas tecnológicas e áreas de formação de professores para a educação básica; b) nos casos em que o terceiro programa seja um curso de mestrado profissional; c) nos casos em que o terceiro programa seja um curso de Pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país, e que possam ser somente apresentados à CAPES como decorrência de ações indutivas determinadas pela Agência”. A situação de cada docente de um programa em outros programas de Pós-graduação é verificada nos Cadernos de Indicadores, em Corpo Docente. Indicadores



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

referentes a essas considerações são calculados nos respectivos itens da Ficha de Avaliação.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

No triênio 2010-2012, foram realizados dois Seminários de Acompanhamento dos Programas, em substituição ao processo anterior de avaliação anual continuada. A dinâmica foi bem avaliada e prevê-se a realização periódica dessa modalidade de interação entre os PPGs, na Capes. Com um caráter integrador, reflexivo e propositivo, os Seminários se constituem em espaços de exposição da evolução dos Programas, problemas, desafios e oportunidades da Área, pontos fortes e fracos. Sistematizam sugestões à CAPES, à coordenação de Área, aos colegas e às Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação. Os dados são compilados e disponibilizados na página da CAPES na forma de relatórios e a coordenação da Área procede aos encaminhamentos cabíveis. Os seminários possibilitam avaliar o estágio atual dos PPGs, atualizar informações, análises comparativas e troca de experiências. A dinâmica de reunião em Grupos de Trabalho é adotada, segundo a pauta do Seminário, e as discussões plenárias sistematizam as conclusões. São esclarecidas questões relacionadas aos critérios gerais de avaliação da Área, discute-se e propõe-se a melhora desses critérios. No 2º Seminário da Área foi composto um GT para tratar do problema de bolsas para os PPGs de Mestrado Profissional em Ensino, buscando-se equidade com os Mestrados Profissionais em Rede Nacional, e outro para tratar da maior visibilidade da produção técnica e acadêmica da Área.

As questões discutidas nos Seminários são analisadas pela Coordenação da Área e, quando pertinentes, servem de diretrizes no estabelecimento de critérios para o Qualis Periódicos e para a avaliação das demais produções. Por exemplo, no 1º Seminário, realizado em 2011, foi sugerido que na avaliação de novas revistas a Área buscasse alguma harmonização com os critérios adotados para a classificação Qualis da Área de Educação e em outras Áreas disciplinares com interlocução com o Ensino. Várias sugestões dadas por Comissões chamadas para trabalhos de avaliação de Propostas de Cursos Novos e para classificação de revistas nos estratos nortearam o aperfeiçoamento do Qualis Periódicos e da classificação de livros, e contribuíram para os procedimentos, critérios e roteiros para a avaliação da produção técnica e de trabalhos completos em eventos. Esses avanços estão expressos no item IV desse documento.

Estas são algumas propostas gerais debatidas nessas reuniões, com encaminhamentos:

- A busca de solução para a carência de bolsas nos Mestrados Profissionais: a coordenação encaminhou consulta formal aos PPGs da Área para levantamento de demanda e protocolo de documento específico na Presidência da Capes.
- A melhoria do sistema de coleta de informações, do processo de alimentação do Coleta e uma coleta contínua de dados ao longo do ano; a compatibilização do Coleta com o Lattes; a adequação do Coleta ao Cadastro de Discentes. Há expectativas quanto à implantação da Plataforma Sucupira para solucionar esses aspectos.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- Eventuais erros de classificação de periódicos no Qualis Ensino e discrepâncias em relação aos critérios discutidos e divulgados na página da CAPES poderão ser apontados por coordenadores e docentes dos PPGs. As correções pertinentes são feitas pela coordenação de Área, antes da inserção e chancela do Qualis.
- Separação das avaliações entre Programas Acadêmicos e Profissionais, com calendários distintos de submissão de propostas de cursos novos, comissões distintas de avaliação, consultores do campo profissional em análise, fichas de avaliação distintas e com pesos diferenciados entre as duas modalidades.
- Busca de alternativas para a existência de recursos financeiros disponíveis às IES/PPGs, inclusive ampliando a interlocução com a CAPES - Educação Básica, no sentido de articular melhor os PPGs para a aplicação integrada de propostas nos diferentes editais, bem como para a melhor divulgação das oportunidades de fomento aplicáveis às pesquisas na Área.

IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos / Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

No contexto de formação de recursos humanos altamente qualificados para o Ensino no país, a produção na Área de Ensino valoriza intensamente as publicações acadêmicas expressas em artigos em periódicos e livros e capítulos de livros, a exposição direta ao ambiente de troca de ideias proporcionado por eventos científicos e a divulgação das comunicações nestes eventos, e a produção tecnológica voltada para a educação em sentido amplo.

Para efeito da avaliação da produção acadêmica e tecnológica da Área de Ensino, os veículos da disseminação da publicação acadêmica e técnica são estratificados segundo critérios específicos para a natureza de cada produto, conforme descrito abaixo. Como produções de natureza diferente e, portanto, incomparáveis entre si, foi decidido no CTC-ES da CAPES que não se deve adotar nenhum paralelismo ou equivalência direta entre os estratos de um ou outro tipo de produção.

Em virtude do processo de transição pelo qual a Área de Ensino está passando no triênio foram mantidos ao máximo os mesmos critérios praticados na avaliação trienal anterior, e inseridos novos, que contemplem o escopo ampliado da Área, oriundos de debates nos dois Seminários de PPGs, das Comissões assessoras constituídas e da interação com outras Áreas.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

QUALIS-PERIÓDICOS

O Qualis-Periódicos é baseado nas informações fornecidas pelos PPGs da Área por meio do Coleta-CAPES. O conjunto de todos os periódicos relatados é classificado em estratos de qualidade, desde A1, o mais elevado, a A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, este com peso zero. O processo é repetido cada novo ano considerando as informações fornecidas no Coleta-Capes relativo ao ano anterior.

Em julho de 2012 uma Comissão da Área aprofundou a discussão sobre novos critérios para o Qualis-Periódicos seguindo as diretrizes da Comissão de estudos sobre o Qualis, formada no 1º Seminário de Acompanhamento da Área (novembro de 2011). A comissão usou as referências de vínculos da Capes (estrato $A1 < \text{que } A2$; estratos $A1 + A2 =$ no máximo 25% dos periódicos no Qualis; estratos $A1 + A2 + B1 =$ no máximo 50% dos periódicos no Qualis; $B2 + B3 + B4 + B5 + C =$ 50% dos periódicos) e buscou manter o “espírito” do Qualis anterior, baseado em “reconhecimento pela Área”, e atualizar esse reconhecimento por meio da validação pelo sistema de indexação dos periódicos, internacional (ISI/Scopus e outras bases internacionais, incluindo a base de educação matemática ERIH) e ibero-americano (SciELO), e pela maior valorização aos periódicos com algum grau de especificidade para a área de Ensino.

Os critérios objetivos para a classificação dos periódicos foram organizados numa chave (Tabela 8). Ademais, tendo em vista que muitos PPGs da Área e Sociedades Científicas têm investido consideráveis esforços na editoração de maior número de revistas especializadas para a pesquisa sobre o Ensino, em fase de consolidação, as revistas nacionais editadas por Programas da Área e instituições afins que não atendam aos critérios da Tabela 8 também são classificadas, segundo os critérios da Tabela 9. O fator de impacto das revistas indexadas nas bases ISI/Scopus só foi utilizado para estratificar revistas disciplinares entre os estratos B2, B3, B4 e B5. Isso se deveu ao fato dos docentes dos PPGs da Área dialogarem fortemente com os campos de conteúdos disciplinares e gerarem conhecimento registrado em publicações indexadas em periódicos disciplinares. Por não serem especializadas em Ensino, essas revistas foram restritas aos estratos B2 a B5, de modo a que os estratos A1, A2 e B1 contemplassem apenas periódicos especializados, multidisciplinares e disciplinares afins com ensino. Os periódicos disciplinares foram estratificados segundo o Fator de Impacto (ISI/Scopus), tal como acontece nas respectivas Áreas disciplinares. Nesses casos, os pontos de corte aplicados, descritos na Coluna 2 da Tabela 8, foram definidos após consulta aos documentos Qualis de outras Áreas, descritas na Tabela 10. Os periódicos em formato impresso e “on line” foram unificados para contar como uma única revista, num mesmo estrato. Os periódicos de Saúde Coletiva foram considerados como Multidisciplinares, e não como disciplinares.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Tabela 8 – Chave para classificação de periódicos na Área de Ensino

1	2	3	4	5	6
Indexação ou Acesso ↓ Escopo	Indexada no ISI/ Scopus ou ERIH-INT 1	Indexada no Scielo ou ERIH- INT 2	Outras bases Capes ou ou ERIH- NAT ou W	Acesso livre no Google ou no portal Capes	Não acadêmica com circulação em escolas
Especializada *	A1	A2	B1	B2	B2
Multidisciplinar	A2	B1	B2	B3	B3
Disciplinar afim com Ensino	B1	B2	B3	B4	B4
Disciplinar	B2 – FI ≥ 1,5 B3 – FI ≥ 1,0 B4 – FI ≥ 0,5 B5 – FI < 0,5	B3	B4	B5	B5
Outras	--	B4	B5	C	C

* Revistas Especializadas em pesquisa em ensino de/ educação/ cognição/ aprendizagem, palavras chave consideradas em português e inglês, e preferencialmente constantes no título ou na descrição do escopo do periódico.

** Revistas Especializadas em pesquisa nas Áreas de interface com Ensino, o campo das ciências Humanas ou das Ciências Naturais, que publiquem artigos de contribuições destes campos ao Ensino ou sobre Ensino de conteúdos da Área.

*** Disciplinas de outros campos revelando atividade e competência para a geração de conhecimento como fruto da pesquisa de docentes vinculados aos PPGs da Área.

Quaisquer outras revistas indexadas que não se enquadrem nos critérios acima

C= Revistas não indexadas em geral e/ou que não se enquadrem nos critérios acima, nem nos critérios da Tabela 9

Tabela 9: Critérios para classificação de revistas nacionais editadas por Programas da Área ou instituições afins que não atendem os critérios do Tabela 8.

Estrato	Revistas nacionais editadas por Programas da Área ou instituições afins que não atendem os critérios de indexação e acesso, atendendo ao critério de escopo “especializada”
B3	Revistas com comitê editorial e pelo menos 3 anos de publicação regular, pelo menos 2 números anuais garantindo ampla diversidade institucional de autores, com pelo menos 60% dos artigos vinculados a um mínimo 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico
B4	Revistas com comitê editorial e edição iniciada nos 2 últimos anos do triênio por Programas de PG de Área 46
B5	Revistas editadas por Programas de PG de áreas afins com Ensino

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Tabela 10 – Estudo de critério para estratificação de revistas disciplinares do Qualis Ensino

Áreas da CAPES	Fator de Impacto para definição das faixas de estratificação							
	Estratos →	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5
Física		6	3.5	2	1.5	1	0.7	<0.7
Química		4	3	2	1.5	1	0.5	<0.5
Saúde Coletiva		6	3.8	2.6	1.5	<1.5	Índex 2	Índex 3
C Biológicas I		4.3	3.1	2	1.6	1.1	0.5	<0.5
C Biológicas II		5	3.36	2.26	1.34	0.9	0.45	<0.45
C Biológicas III		5.01	3.55	2.6	1.8	1.13	0.51	<0.01
Medicina I e II		4	2.8	1.6	0.8	0.2	<0.2	Índex 2
Medicina III		3.3	2.6	1.5	0.9	0.01	Índex 2	Índex 3
Engenharia I		1.3	0.7	0.1				
Matemática		0.7	0.5	0.3	0.2	0		
ENSINO		--	--	--	≥1.5	≥1	≥0.5	<0.5

Os novos critérios de classificação foram apresentados, discutidos e aperfeiçoados no 2º Seminário de Área, e o Qualis foi atualizado por uma Comissão de Área com 10 consultores. Mais de 300 novos periódicos incluídos no Coleta 2012 foram analisados e mais de 1300 classificados anteriormente foram revisados. O número de periódicos em cada estrato está expresso na Figura 6 e a relação de variação na Tabela 11.

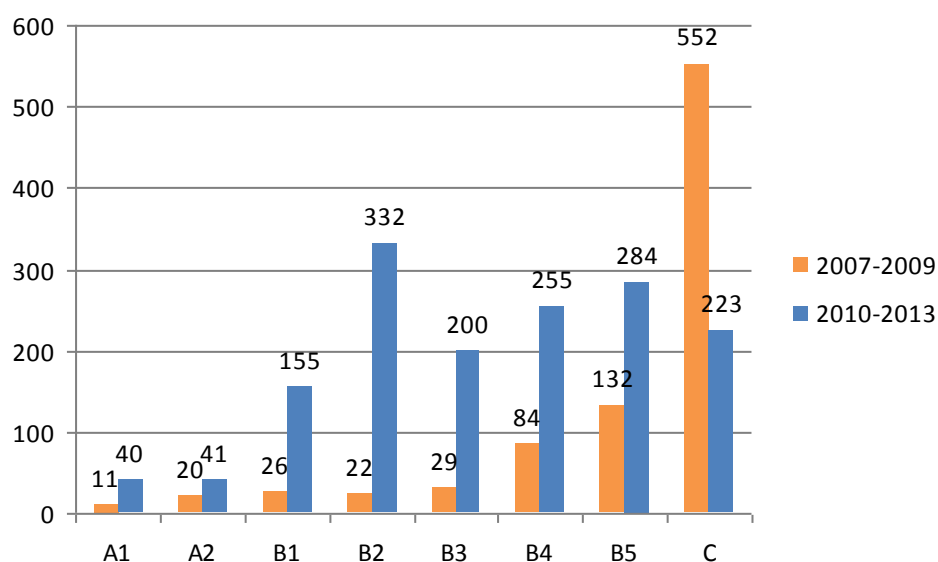


Figura 6: Distribuição dos periódicos nos estratos do Qualis Ensino

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Tabela 11: Número de periódicos em cada estrato do Qualis da Area de Ensino

	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	Total	C
i- Qualis Ensino jun 2013 (2010-2012)	40	41	155	332	200	255	284	1307	223
ii- Qualis Ensino nov 2011 (2007-2009)	11	20	26	22	29	84	132	324	552
Variação (i/ii)	3,6	2,1	6,0	15,1	6,9	3,0	2,2	4,0	0,4

Para efeito da avaliação, a Área de Ensino adota as ponderações da Tabela 12, que serão usadas na multiplicando-se o número de produções em cada estrato pelo seu respectivo peso relativo:

Tabela 12: Ponderação dos artigos da Area de Ensino segundo o estrato do Qualis-periódicos

Estratos	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C
Pontos	100	85	70	55	40	25	10	0

Em virtude do período de transição de escopo por que passa a Área, para o triênio 2010-2012, alguns periódicos foram inseridos em estratos superiores aos que atenderiam plenamente os critérios adotados, procedimento considerado como “exceções/indicações”. Isso se deveu à adoção da premissa assumida no 2º Seminário: não prejudicar (não “rebaixar”) periódicos especializados da Área que estivessem em estratos mais altos no Qualis da Área de Ensino de Ciências e Matemática em dezembro de 2011 e não correspondessem adequadamente aos novos critérios de indexação para integrarem os estratos A1 (indexação ISI/Scopus ou ERIH), A2 (indexação Scielo) ou B1 (indexação em outra base bibliográfica da Capes) no Qualis 2013. Periódicos cujas classificações foram alteradas para estrato de maior qualidade atenderam aos critérios estabelecidos.

Como a lista Qualis só inclui revistas já registradas por docentes dos PPGs da Área no triênio, qualquer nova revista que venha a ser relatada será enquadrada segundo os critérios acima. Também foi divulgada aos coordenadores dos PPGs uma lista de mais de 300 periódicos internacionais indexados no ISI/Scopus/Scielo especializados em ensino/educação, que ainda não foram utilizados pelos PPGs da Área mas que poderão ampliar suas oportunidades de publicação em periódicos de Qualidade nos estratos A1, A2 e B1.

Desse modo, a descrição detalhada dos critérios para o Qualis- periódicos da Área é a seguinte:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

CRITÉRIOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DOS PERIÓDICOS

Estrato A1:

- Revistas especializadas em ensino/cognição/aprendizagem indexadas nas bases internacionais ISI/ Scopus
- Revistas incluídas na base ERIH classificadas como INT 1 (educação matemática)
- Revistas que contemplem critérios de indução indicados pela área

Estrato A2:

- Revistas multidisciplinares afins com Ensino indexadas nas bases internacionais ISI/Scopus
- Revistas especializadas em ensino/cognição/ aprendizagem indexadas no Scielo;
- Revistas incluídas na base ERIH classificadas como INT 2 (educação matemática)
- Revistas que contemplem critérios de indução indicados pela Área

Estrato B1:

- Revistas especializadas em ensino indexadas nas demais bases internacionais de periódicos constantes do portal CAPES (*Latindex, Eric, etc*)
- Revistas multidisciplinares indexadas no Scielo
- Revistas incluídas na base ERIH classificadas como NAT ou W (educação matemática)
- Revistas incluídas em outras bases internacionais com justificativa específica encaminhada por Programas de PG da Área 46
- Revistas com comitê editorial e pelo menos 3 anos de publicação regular, pelo menos 2 números anuais, garantindo ampla diversidade institucional de autores, com pelo menos 60% dos artigos vinculados a no mínimo 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico
- Revistas que contemplem critérios de indução indicados pela Área

Estrato B2:

- Revistas disciplinares afins com o tema Ensino, indexadas no ISI/SCOPUS/Scielo ou outras bases, não incluídas nos estratos A1, A2 e B1, valorizando revistas com sítios internet abertos (*Open Access-DOAJ*) e/ou com presença no portal da CAPES.
- Revistas afins com o tema Ensino, com comitê editorial e publicação regular, pelo menos 2 números anuais, garantindo ampla diversidade institucional de autores, com pelo menos 50% dos artigos vinculados a no mínimo e 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Revistas editadas nos 2 últimos anos do triênio por Programas de PG da Área de Ensino

Estrato B3:

- Revistas disciplinares afins com o tema Ensino indexadas no ISI/SCOPUS/Scielo e/ou

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

bases latino-americanas e/ou presentes no portal da CAPES não incluídos nos estratos A1, A2, B1 e B2.

- Revistas de divulgação científica da SBPC e outras sociedades e instituições científicas
- Revistas editadas por Programas de PG de Áreas afins com Ensino

Estrato B4:

- Revistas das demais áreas de conhecimento indexadas no ISI/SCOPUS de modo a valorizar produção de conhecimento em conteúdos temáticos específicos por equipes que atuam ou dialogam com a Área de Ensino
- Revistas afins com a Área de Ensino não incluídas nos estratos A1, A2, B1, B2 e B3

Estrato B5:

- Revistas indexadas das demais áreas de conhecimento
- Revistas de divulgação em geral afins com a Área de Ensino

Estrato C: revistas não indexadas e revistas em geral não afins com a Área de Ensino

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

Em várias áreas de conhecimento, livros constituem modalidade de veiculação da produção artística, tecnológica e científica assim como em outras, é expressa sob a forma de artigos em periódicos. Livros constituem referências para a construção de campos de conhecimento, definindo estilos e escolas de pensamento e não se trata de situação particular da comunidade acadêmica brasileira. No entanto, avaliar produção na forma de livros trata-se de exercício peculiar, uma vez que não existem exemplos no mundo de países que classifiquem livros. A avaliação de livros comporta singularidades face aos periódicos. Nestes, a qualidade da produção pode ser inferida, a priori, a partir de indicadores de circulação e impacto consolidados em bases e indexadores reconhecidos. Estes indicadores expressam a qualidade do veículo (periódico ou revista científica) depois de ter havido avaliação qualitativa de obra ou autor, cujos textos, dados, metodologias e contextualização são previamente examinados quando do julgamento do artigo pelos pares. Essas características permitem alcançar critérios considerados universais, aplicáveis às áreas para as quais esses indicadores sejam habitualmente calculados e empregados. No caso dos livros, essas características estão ausentes. Como os artigos, os livros são eventos únicos. Porém, não há, até o presente, bases bibliométricas e indexadores consensuais equivalentes aos adotados para os periódicos. Por exemplo, o ISI – Institute for Scientific Information - registra citações de livros nos artigos publicados em sua base. Embora importante, essa informação é insuficiente, pois tais registros não receberam, até agora, um tratamento cientométrico próprio e adequado. Como essa base não faz indexação de livros, ela deixa à margem as citações entre livros tanto quanto as citações de artigos em livros. Assim, avaliar a produção intelectual dos programas veiculada

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

por meio de livros requer o desenvolvimento de critérios próprios e de novos instrumentos. No âmbito das avaliações trienais é certo que diversas áreas, para as quais livros constituem produção significativa e relevante, já vinham aplicando diferentes estratégias de avaliação, utilizando critérios de circulação, gestão editorial, impacto na área entre outros. O desafio presente é tornar estes procedimentos mais uniformes entre as Áreas, mais objetivos para as instâncias de avaliação da CAPES e transparentes para a comunidade científica e acadêmica da PG, sempre reconhecendo as limitações deste roteiro no seu atual estágio de elaboração. A avaliação da produção de livros e capítulos de livros editados no triênio e registrados pelos PPGs da Área de Ensino no Coleta Capes foi realizada oficialmente pela primeira vez no triênio 2007-2009, sobre 525 exemplares entre livros e capítulos de livros. Essa avaliação não caracteriza um “Qualis livros”, pois varia a cada avaliação.

Caracterização de Livros

Os livros a serem avaliados são assim definidos: um livro consiste em produto impresso ou eletrônico que possui ISBN, contendo um mínimo de 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial. As obras consideradas para efeito de avaliação devem ser acadêmicas e versar sobre conteúdos vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa ou projeto específico dos Programas. Em havendo essa vinculação, serão avaliados os seguintes aspectos: 1) tipo de obra; 2) características da autoria; 3) características da editoria; 4) características adicionais da obra; 5) avaliação qualitativa de conteúdo. Síntese desses critérios, descrição e respectivos pesos apresentam-se na tabela que segue. As informações sobre essa produção, encaminhadas pela Coordenação dos PPGs em ficha específica fornecida pela DAV/CAPES, somada à análise das próprias obras, são fundamentais para a consideração dos livros e capítulos de livros na avaliação dos Programas. A classificação da produção em livros e de capítulos de livros será atribuída por Comissão de Análise ad hoc.

Adotam-se os estratos de classificação inversos ao Qualis periódicos: L1, L2, L3, L4 e LNC, com L4 no estrato superior, L1 no estrato inferior e LNC para os exemplares não considerados pela área para fins de avaliação (isto é, por não terem conteúdo vinculado às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas ou por não se tratarem de livros de caráter acadêmico). Para cada estrato corresponde uma pontuação, conforme tabela abaixo:

Classificação de livros	Pontos	
L1	0,5	
L2	1,0	
L3	1,5	
L4	2,0	
LNC	0,0	

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Os capítulos são considerados tendo por unidade de referência o livro no qual foram publicados. A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do Programa. Assim, um mesmo autor poderá pontuar no máximo 2 capítulos incluídos na mesma obra. As obras no extrato LNC não recebem pontuação por não se enquadrarem às especificações de obras consideradas. A pontuação de capítulos publicados em livros é feita com base na classificação do livro, definindo-se a relação capítulo/livro, conforme a tabela abaixo:

Classificação de capítulos	Pontos
C1	0,5*L1
C2	0,5*L2
C3	0,5*L3
C4	0,5*L4
LNC	0,0

Tabela 13: Ponderação de estratos relativos livros/capítulos

Estratos	L1	L2	L3	L4	LNC
Pontos calculados segundo a Area interdisciplinar	10	25	50	75	0
Pontos correspondentes à avaliação da Area de Ensino em 2009	40	100	200	300	0

CrITÉrios da Avaliação

Para a avaliação trienal 2013, os critérios adotados pela Área de Ensino para avaliação fundamentam-se: 1) no Roteiro para Classificação de Livros aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) em 2009 e divulgado na página web da CAPES. Esse roteiro apresenta conceitos e definições comuns às Áreas que classificaram livros na avaliação trienal 2007-2009; 2) na experiência de avaliação de livros e capítulos de livros efetuada pela Área de Ensino em relação à produção do triênio 2007-2009; 3) em sugestões apresentadas por colegas e consultores; 4) considerações produzidas pela Área Interdisciplinar.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Critério		Descrição	Peso
Vínculo com área de concentração, linha ou projeto de pesquisa do programa		Considera a relação da obra com a estrutura acadêmica do programa de Pós-graduação	Obrigatório para ser classificado
Tipo da Obra		São considerados os seguintes tipos de obra: (i) Livro em Texto Completo; (ii) Livro organizado; (iii) Enciclopédia; (iv) Dicionário; (v) Capítulo de livro; (vi) Verbete (estes ponderados em 20% do valor de um capítulo de livro)).	Ponderado segundo o tipo da obra
Autoria		Considera-se o(s) autor(es) do livro em relação à sua atuação no programa (docente, discente ou participante externo)	10%
Editoria	Editora de publicação	Considera-se o tipo de editora, a existência de linha editorial ou catálogo relacionados com a área do programa, a distribuição de suas obras, a disponibilização e/ou venda online de suas obras e existência e qualificação do conselho editorial e avaliação por pares.	50%
	Editoria da obra	Consideram-se critérios relacionados à forma de viabilização editorial da obra, incluindo seu financiamento, a pertinência a uma coleção e o número de sua edição.	
Características Adicionais		Considera-se se a obra recebeu premiação, se é resultado de editoria de tese, dissertação ou projeto de pesquisa do programa.	25%
Avaliação qualitativa de conteúdo		Consideram-se critérios relativos à relevância, originalidade, potencialidade de impacto e interdisciplinaridade da obra.	15%

2. Características da Autoria

A tabela a seguir apresenta os critérios e ponderações referentes à autoria de docentes e discentes ligados ao programa:

Critério para Autoria	Valores	Peso	Pontuação
Com participação de discentes do Programa	Co-autoria discente(s)/docentes permanentes e/ou docentes de outras IES no país ou no exterior	1,0	10 pontos
	Co-autoria discente(s)/docentes colaboradores e/ou participantes externos não docentes		10 pontos
	Discente – autoria única		10 pontos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Sem participação de discentes do Programa	Docente permanente - autoria única ou co-autoria com docentes permanentes do mesmo Programa	1,0	8 pontos
	Docente(s) permanente(s) com docentes colaboradores, docentes de outras IES no país ou no exterior ou participantes externos não docentes		9 pontos

3. Características da Editoria

3.1. Análise Editorial: Serão considerados os seguintes critérios referentes à editoria: a) tipo de editoria; b) ter catálogo ou linha de publicação na área; c) abrangência da distribuição das obras; d) disponibilização e venda das obras; e) ter conselho editorial ou avaliação por pares. As discriminações e pontuações desses critérios são apresentadas na tabela a seguir:

Critério de análise editorial	Valores	Pesos	Pontuação
Origem da editoria	Brasileira	Critério neutro para avaliação	
	Estrangeira		
Natureza jurídica da editoria	Pública	Critério neutro para avaliação	
	Privada		
	Organização não governamental		
Tipo da editoria	Universitária	5%	10 pontos
	Comercial		10 pontos
	Associação Científica		10 pontos
	Associação Cultural		10 pontos
	Instituição de Pesquisa		10 pontos
	Agência de fomento		10 pontos
	Órgão oficial		6 pontos
	Edição do autor (para distribuição pessoal ou por editoria comercial)		3 pontos
Tem linha editorial ou catálogo de publicação vinculado à área do programa	Sim	20%	10 pontos
	Não		0 pontos
Abrangência da distribuição das obras impressas (incluindo obras apoiadas por órgãos públicos de fomento para distribuição em escolas)	Internacional	15%	5 pontos
	Nacional		7 pontos
	Regional		10 pontos
Disponibilização em formato digital de obras	Sim	10%	10 pontos
	Não		0 pontos
Venda on line de obras	Sim	5%	5 pontos
	Não		0 pontos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Conselho Editorial ou avaliação por pares	Sim, de reconhecida competência nacional e/ou internacional	45%	10 pontos
	Sim, de abrangência regional		5 pontos
	Sim, de abrangência local		2 pontos
	Não		0 pontos

As informações não disponíveis nas próprias obras ou nos questionários preenchidos pelos Programas não serão pontuadas.

3.2. Produção da obra: A Produção da obra está dividida entre critérios referentes à **editora** e critérios referentes à **editoria** da obra específica. Os critérios para análise da editoria da obra a serem utilizados na trienal 2010-2012 estão descritos na tabela a seguir:

Critério para Editoria	Valores	Pesos	Pontuação
Financiamento da Obra	Agência de fomento	60%	10 pontos
	Associação científica		10 pontos
	Organização pública ou privada com edital público		10 pontos
	Própria editora da obra		8 pontos
	Do próprio autor		4 pontos
A obra pertence a uma coleção	Sim	20%	10 pontos
	Não		0 pontos
Re-edição	4ª edição ou maior	20%	10 pontos
	3ª edição		8 pontos
	2ª edição		6 pontos
	1ª edição		5 pontos

Para ponderar os pontos obtidos nas duas famílias de critérios, são previstos os seguintes pesos entre os subcritérios: Editora, 50%; Editoria da Obra, 50%.

4. Características adicionais da obra: Os seguintes critérios adicionais são previstos para avaliação da obra: a) idioma de publicação da obra; b) se possui índice remissivo; c) premiação da obra; d) se a obra é editada a partir de tese, dissertação ou projeto de pesquisa do programa. Não se explicita nas características adicionais questões referentes à natureza do texto, pois esta é parte intrínseca à dimensão de avaliação qualitativa do conteúdo. Também a re-impressão não foi considerada um critério discriminatório de classificação de obras, dado que não é ponderada pelo número de exemplares impressos.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Critério Adicional	Valores	Peso	Pontuação
Idioma de publicação da obra	Estrangeiro		Critério Neutro para avaliação
	Português		
Possui índice remissivo	Sim	20%	10 pontos
	Não		0 pontos
Premiação da obra	Internacional	50%	10 pontos
	Nacional		7 pontos
	Regional		5 pontos
	Local		3 pontos
	Não		0 pontos
Obra editada a partir de tese, dissertação ou projeto de pesquisa do Programa	Sim	30%	10 pontos
	Não		0 pontos

5. Avaliação qualitativa de conteúdo: São considerados os seguintes critérios para avaliação qualitativa do conteúdo da obra: a) relevância; b) interdisciplinaridade; c) originalidade; d) potencialidade de impacto.

Critério para conteúdo da obra	Valores	Peso	Pontuação
Relevância	A Obra contribui para o desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural e artístico em sua área de conhecimento	30%	2,5 pontos
	A Obra tem estrutura teórica com rigor acadêmico, precisão de conceitos e de terminologia		2,5 pontos
	A Obra tem bibliografia abrangente e apropriada		2,5 pontos
	A Obra tem linguagens adequadas e padrão de qualidade		2,5 pontos
Interdisciplinaridade	A Obra tem abordagens interdisciplinares	25%	10 pontos
Originalidade	A Obra apresenta a formulação de problema de investigação original e/ou métodos e abordagens inovadoras e/ou contribuição inovadora para o campo de conhecimento ou para aplicações técnicas	25%	10 pontos
Potencialidade de impacto	A Obra tem potencial de utilização tanto no âmbito acadêmico como fora dele	20%	10 pontos

6. Índice de classificação da obra: A avaliação de obras da Área de Ensino será resultante da obtenção dos pontos de cada obra nos critérios descritos anteriormente e na sua ponderação

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

por peso de categoria, conforme descreve a tabela a seguir:

Critério		Pontuação	Peso
Autoria		PtsAutoria - Pontos para Autoria	10%
Editoria	Editora de publicação	PtsEditora - Pontos pela Editora de publicação	50%
	Editoria da obra	PtsEditoria - Pontos pela Editoria da obra	
Características Adicionais		PtsCaracObra - Pontos pelas Características Adicionais	25%
Avaliação qualitativa de conteúdo		PtsAvalQual - Pontos pela Avaliação Qualitativa de Conteúdo	15%
Tipo de Livro ou Capítulo		PesoTipoObra - Ponderação por Tipo de Obra	

Para conhecer a faixa de classificação da obra, será aplicada a seguinte equação:

$$\text{PtsObra} = \text{PtsAutoria} \times 0,35 + (\text{PtsEditora} + \text{PtsEditoria}) \times 0,25 + \text{PtsCaracObra} \times 0,15 + \text{PtsAvalQual} \times 0,25.$$
 Como resultado, *PtsObra* determinará o total absoluto de pontos obtido pela obra, quando considerados os critérios de avaliação de 2 a 5. Para o cálculo final do número de pontos, serão considerados os tipos de livro ou de capítulo e seus respectivos pesos, com a seguinte equação: **$\text{PtsFinalObra} = \text{PtsObra} \times \text{PesoTipoObra}$**

7. Taxonomia para classificação das obras: Com relação à taxonomia, a Área adota as seguintes definições:

Livro Texto Integral: Livro escrito integralmente pelos autores de capa.

Livro organizado: Livro que reúne textos de vários autores, organizado por docente(s) permanente(s) do Programa ou outros autores, porém que conte com a participação de docentes permanentes e/ou discentes do programa na condição de autores de capítulos.

Enciclopédia: Livro com coletânea de escritos que descreve um domínio de conhecimento de forma ordenada por vocábulos.

Dicionário: Livro com uma coleção de vocábulos de uma língua, ordenados alfabeticamente, definidos ou traduzidos em um ou mais idiomas.

Capítulo de livro: Obra de autoria específica que é parte de uma coletânea.

Verbetes: Artigo ou entrada em um dicionário, em uma enciclopédia ou em uma obra que organiza seu conteúdo em vocábulos.

Estrutura do Formulário de Avaliação de Livros e capítulos de livros

1) Identificação das obras: Para identificação das obras serão solicitadas as seguintes informações que caracterizam a obra científica registrada:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Campo	Significado
Título do Livro/ Coletânea (*)	Denominação da obra
Título do Capítulo (se pertinente)	Denominação do capítulo, caso este seja o tipo de obra que está sendo informado.
ISBN	International Standard Book Number - sistema internacional padronizado que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país, a editora, individualizando-os inclusive por edição. É controlado pela Agência Internacional do ISBN, que orienta, coordena e delega poderes às Agências Nacionais designadas em cada país. A Agência Brasileira, que atribui o número de identificação aos livros editados no país, é, desde 1978, a Fundação Biblioteca Nacional. Informe o ISBN tal como consta na ficha catalográfica.
ISBN digital	ISBN do formato digital, para obras publicadas em ambos ou somente nesse formato
Cidade/País	Local de publicação da obra
Número de Capítulos (caso a obra seja coletânea)	Total de capítulos da obra
Número de páginas do livro (*)	Total de páginas da obra
Número de Páginas do Capítulo (se pertinente)	Total de páginas do capítulo
Número da edição enviada (*)	Número da edição publicada no período em avaliação
Ano(s) da(s) Edição(ões) Anterior(es), se houver	
Tiragem	Total de exemplares
Formato (*)	Indica se a obra foi publicada em formato digital, impresso ou ambos. Selecionar uma das opções apresentadas na pequena célula à direita.
Grande área do conhecimento	Grande área do conhecimento associada ao conteúdo da obra
Área do conhecimento	Área do conhecimento que melhor classifica o conteúdo da obra
CDD	Classificação Decimal de Dewey - técnica de classificação mais utilizada pelos sistemas de bibliotecas. Utiliza a numeração decimal, partindo do desdobramento de um tema

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	geral para o específico.
CDU	Classificação Decimal Universal - esquema internacional de classificação de documentos baseado no conceito de que o conhecimento pode ser dividido em 10 classes principais, e estas podem ser infinitamente divididas numa hierarquia decimal. Com ele as obras são classificadas por áreas departamentais (Engenharias Alimentar, Civil, Mecânica e Eletrônica) e por áreas comuns (Informática, Metodologia, Ciências Sociais e Matemática).
Referência Completa do Capítulo (se pertinente) e/ou do Livro (ABNT)	Formato da Agência Brasileira de Normas Técnicas pelo qual a obra é referenciada
Resumo (Ementa)	Texto que permite ao coordenador informar o significado da obra, seu conteúdo e objetivo, particularmente sua relação temática com o programa.
URL	Endereço web onde a obra está disponível
Palavras-chave	Termos de indexação do conteúdo do livro

2) **Editoras** : As informações referentes às editoras, a serem fornecidas pelos programas, são:

Campo	Significado
Origem da editora	Brasileira ou estrangeira
Natureza jurídica da editora	Indica se a editora é pública, privada ou organização não governamental
Tipo da editora	Indica se a editora é universitária, comercial, órgão oficial, associação científica, associação cultural, agência de fomento ou órgão oficial (por exemplo TRT, Ministério da Reforma Agrária...). Caso seja uma edição do próprio autor, deve ser indicado neste campo.
Tem linha editorial ou catálogo de publicação vinculado à área do programa?	Indica se a obra possui linha editorial ou catálogo de publicação vinculado à área do programa.
Abrangência da distribuição das obras impressas	Indica se a editora possui sistema de distribuição regional, nacional ou internacional.
Disponibilização em formato digital de obras	Indica se a editora mantém disponibilização online da obra completa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Venda online de obras	Indica se a editora tem sistema de venda online de suas publicações
Conselho editorial ou revisão por pares	Indica se a editora possui conselho editorial ou mecanismo de revisão por pares para avaliação e seleção de obras e sua abrangência. Se há conselho editorial, há 3 opções de resposta: de reconhecida competência nacional e/ou internacional; de abrangência regional; de abrangência local.

3) Produção da Obra: As informações referentes à produção da obra são:

Campo	Significado
Financiamento da obra	Indica a procedência do financiamento da obra: se a publicação contou com apoio financeiro de agência de fomento; de agência científica; de organização pública ou privada mediante aprovação em edital público; financiamento da própria editora; ou se foi financiada pelo próprio autor
Coleção	Indica se a obra pertence a uma coleção
Edição	Indica a número da edição da obra relatada

4) Características adicionais: Informações adicionais sobre a obra compreendem:

Campo	Significado
Idioma de publicação da obra	Indica se a obra foi publicada em português ou outro idioma
Possui índice remissivo	Indica se a obra possui índice remissivo
Premiação da obra	Indica se a obra recebeu algum prêmio e, em caso afirmativo, se este é internacional, nacional, regional ou local
Obra editada a partir de tese, dissertação ou projeto de pesquisa do Programa	Indicar se a obra resulta de tese, dissertação ou projeto de pesquisa do Programa

5) Avaliação qualitativa de Livros e Capítulos de Livros: Serão consideradas, para fins de avaliação qualitativa de Livros e Capítulos de Livros, as seguintes afirmações a serem fornecidas pelos programas:

Quanto à Relevância da Obra

1. **CONTRIBUIÇÃO:** A obra contribui para o desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural e artístico em sua área de conhecimento.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2. RIGOR CIENTÍFICO: A obra tem estrutura teórica com rigor acadêmico, precisão de conceitos e de terminologia.
3. BIBLIOGRAFIA AMPLA E ATUAL: A bibliografia é abrangente e apropriada
4. ILUSTRAÇÕES, LINGUAGEM E ESTILO: A obra tem linguagens adequadas e padrão de qualidade

Quanto à Interdisciplinaridade da Obra

5. INTERDISCIPLINARIDADE: A obra tem abordagens interdisciplinares

Quanto à Originalidade da Obra

6. ORIGINALIDADE: A obra apresenta a formulação de problema de investigação original e/ou métodos e abordagens inovadoras e/ou contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas

Quanto à Potencialidade de Impacto da Obra

7. ABRANGÊNCIA: A obra tem potencial de utilização tanto no âmbito acadêmico como fora dele.

CLASSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DA ÁREA EM TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS CIENTÍFICOS

A participação em eventos científicos nacionais e internacionais é uma tradição na Área de Ensino. Os pesquisadores da Área costumam submeter trabalhos completos de pesquisa em conferências, congressos, simpósios e outros encontros científicos tradicionais, tanto nacionais como internacional, tanto visando a interatividade como a publicação mais célere de resultados. Em consonância com o objetivo central da Pós-Graduação de formação de recursos humanos de alta qualificação, a exposição direta ao ambiente de troca de ideias proporcionado por um evento científico é um instrumento imprescindível nesta formação. O rigor exigido na avaliação de tais trabalhos completos, feita por pares faz com que sua avaliação seja um dos pontos importantes a ser considerado na avaliação geral dos PPGs da Área.

No triênio 2007-2009 foram informados mais de 6 mil trabalhos completos publicados por docentes e mais de 4 mil por discentes integrantes dos programas da área. No triênio 2010-2012 ocorreu expansão da produção em eventos, acompanhando o crescimento do número de Programas na Área de Ensino.

A Área integrará os dados de todos os eventos informados no Coleta CAPES, nos quais docentes e discentes participaram nesse período. Tendo em vista o conceito de que a designação “Qualis” se aplica apenas a periódicos, os Eventos serão classificados em 4 estratos: E1, E2, E3, E4, e só serão considerados como produção bibliográfica quando em formato de trabalhos completos com 5 ou mais páginas, passando por avaliação prévia por pares no processo de submissão, aceite, apresentação e publicação de Anais dos eventos considerados. A classificação dos eventos registrados pelos PPGs no triênio 2010-2012 atende as diretrizes e critérios descritos abaixo. As publicações registradas receberão então a

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pontuação relativa a essa classificação tal como indicado nas Tabelas 14, 15 e 16.

Relativamente ao peso de publicações em periódicos, em livros e capítulos de livros, a publicações em eventos têm um peso menor, e têm um valor limite para a composição final do indicador sobre a produção intelectual do corpo docente e do corpo discente. Assim, do mesmo modo que no triênio anterior, no triênio 2010-2012, o número total de trabalhos completos em anais para um Programa será limitado a 3 (três) vezes o número de artigos em periódicos para o período de avaliação.

Tabela 14: Ponderação de estratos relativos trabalhos em Eventos

Estratos	E1	E2	E3	E4	NC
Pontos	5	10	20	40	0

NC – Não classificado

Avaliação de Anais de Eventos

Os seguintes critérios são considerados para a avaliação dos eventos:

1. Tipo de publicação: trabalho completo ou resumo estendido com 5 páginas ou mais (resumos menores são considerados como apresentações em eventos/produção técnica)
2. Existência de um corpo de revisores reconhecidos em suas áreas de atuação com avaliação por pares dos artigos completos publicados;
3. Acesso eletrônico livre aos Anais;
4. Foco na área de atuação dos PPGs;
5. Tempo de existência do evento (edição atual);
6. Porte (numero médio de participantes);
7. Existência e Comitê científico/Corpo Editorial;
8. Publicação de Anais, impressa ou em mídia digital;
9. Abrangência do evento (a) local ou regional, b) nacional, c) ibero-americano, d) internacional);
10. Apoio recebido por órgãos públicos nacionais de fomento (investimento público);
11. Organização por sociedades ou instituições científicas reconhecidas em suas áreas de atuação, sem fins lucrativos;
12. Frequência (anual, bienal, trienal, quadrienal).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Tabela 15: Critérios para enquadramento nos estratos E1 a E4 dos Eventos relatados pela Área.

Estratos dos Eventos	PONTOS SOMADOS NOS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO (mínimo 2, máximo 35 pontos)
E4	30 a 35
E3	21 a 29
E2	11 a 20
E1	2 a 10

Tabela 16: Características valoradas para a classificação dos Eventos relatados pela Área

Característica do Evento	PONTOS				
	0	1	2	3	4
1) Tipo de artigo publicado	Não	--	Completa ≥ 5 paginas	--	--
2) Possui avaliação por pares prévia à publicação	Não	--	--	--	Sim
3) Disponibiliza Anais na web	Não	--	--	--	Sim
4) Foco na área de atuação dos PPGs	nenhum	parcial	--	--	integral
5) Tempo de existência (edição nos anos da trienal)	1 a 2	de 3 a 5	de 6 a 10	de 11 a 15	mais de 15
6) Porte (número médio de participantes)	≤ 100	> 100 e até 200	> 200 e até 300	> 300 e até 500	> 500
7) Comitê científico/corpo editorial com reconhecimento científico	Não	Sim	--	--	--
8) Publica Anais impressos ou em mídia digital	Não	--	--	Sim	--
9) Abrangência geográfica	--	Local ou Regional	Nacional	Ibero Americano	Inter-nacional
10) Fomento público nacional	Não	Sim	--	--	--
11) Organizado por sociedade ou instituição científica (sem fins lucrativos)	Não	Sim	--	--	--
12) Frequência	anual	bienal	trienal	quadrienal	--

Tecnologias e produtos educativos (Produção técnica)

A Área de Ensino caracteriza-se por pesquisa translacional na qual tecnologias, produtos e processos educativos e sociais são gerados, a partir da aplicação e da mediação do conhecimento acadêmico, retro-alimentando-o. Além do mais, o grande protagonismo da Área na construção e implementação de Mestrados Profissionais, para os quais obrigatoriamente

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

produtos tecnológicos são pré-requisitos de titulação, mantém fonte permanente e crescente de produção técnica na Área.

Pelo elevado número de Mestrados Profissionais, é necessária uma ação cuidadosa para que os produtos possam ser avaliados com maior propriedade. Assim como os livros e as comunicações em eventos, os produtos tecnológicos educacionais serão classificados em estratos, de acordo com a combinação de um ou mais critérios que evidenciem sua validação externa, sua incorporação ao sistema educacional, seu acesso às escolas e profissionais de ensino, sua distribuição e seu uso no processo de formação de alunos, profissionais de ensino ou cidadãos em geral. Para isso foi elaborado um formulário em planilha eletrônica, que acumula as discussões já realizadas no âmbito da última trienal da área (tipologia, instâncias de avaliação e outras), bem como experiências das Áreas Interdisciplinar e de Saúde Coletiva.

O formulário foi pensado com a inserção das 12 principais categorias de produtos e tecnologias educativas as seguintes modalidades, já relatados na trienal anterior:

1. Mídias educacionais (vídeos, simulações, animações, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais etc.)
2. Protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais
3. Propostas de ensino (sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção etc.)
4. Material textual (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares)
5. Materiais interativos (jogos, kits e similares)
6. Atividades de extensão (exposições científicas, cursos de curta duração, oficinas, ciclos de palestras, exposições, atividade de divulgação científica e outras)
7. Desenvolvimento de aplicativos,
8. Organização de evento
9. Programa de rádio e TV
10. Relatórios de pesquisa,
11. Patentes (depósito, concessão, cessão e comercialização)
12. Serviços técnicos.

Como se observa, para cada categoria há 1 ou mais *tipos* de produtos que podem ser registrados. Há também a solicitação de 5 campos de *indicadores*, referentes à instância de avaliação e aprovação, trajetória de incorporação do produto ao Sistema Educacional, acesso do público (e dos professores) ao produto, características da distribuição e número de cópias dos produtos e aplicação/uso dos produtos em processos de formação de professores e de seus

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

alunos.

Para efeito de avaliação são considerados apenas os produtos educacionais que passarem por pelo menos uma das seguintes instâncias de validação. Não há hierarquia ou comparação de valor entre as instâncias abaixo:

- Banca examinadora de dissertação
- Comitê científico de evento
- Comitê editorial de periódico;
- Órgãos de fomento (CNPq, CAPES, FAPs, Pró-Reitorias, Secretarias de Estado etc.)
- Prêmios reconhecidos na Área

Diferentemente dos livros, avaliados por uma comissão tendo os mesmos “in loco”, os produtos tecnológicos educacionais e sociais consideram apenas solicitadas as informações solicitadas que permitam a constituição de um Catálogo de Produtos Educacionais da Área de Ensino, com as seguintes informações: a **Sinopse** descritiva do produto (em até 60 palavras), o **público** a que se destina o produto, a **URL** (link internet) do produto e até **3 imagens do produto**, em arquivos anexos.

Na estratificação da produção educacional e social da Área de Ensino, se analisa os produtos e a Comissão de Avaliação pontua e pondera a classificação, assumidas as seguintes diretrizes: até 5 estratos (T1 a T5), definidas pela combinação dos indicadores citados (Tabela 17), sem correspondência direta nem com os estratos de periódicos nem com os estratos de livros, pontuadas de 5 a 60 (Tabela 18), e estratificados segundo a

Tabela 17: Características valoradas para a classificação de Produtos Técnicos Educacionais relatados pela Área

	PONTOS				
	0	1	2	3	4
Validação Obrigatória (sim ou não)	Não	--	--	--	Sim
Incorporação ao sistema educacional ¹	Local	Municipal	Estadual	Nacional	Inter-nacional
Acesso livre (on line)	não	redes fechadas	portal nacional privado	portal nacional publico	portal internacional público ou privado multilingue

¹ * avaliado segundo registro informado pelas Secretarias de Educação ou Programas Institucionais de avaliação de livros e materiais didáticos e paradidáticos.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Distribuição (cópias físicas editoradas)	> 100	> 101	> 5 mil	> 10 mil	> 1 milhão
Uso em processos de formação (pessoas em cursos/oficinas)	não	até 100	de 100 a 500	de 500 a mil	mais que mil

Tabela 18: Critérios para enquadramento dos Produtos técnicos, tecnológicos e/ou educativos relatados pela Área nos estratos T1 a T5.

Estratos do Produto Tecnológico	PONTOS SOMADOS NOS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO (máximo 20 pontos)
T5	maior que 16 e até 20
T4	maior que 12 e até 16
T3	maior que 8 e até 12
T2	maior que 4 e até 8
T1	1 a 4

Tabela 19 : Ponderação de estratos relativos a Produtos Técnicos Educacionais

Estratos	T1	T2	T3	T4	T5	NC
Pontos	5	10	20	40	60	--

NC – Não classificado

Cabem ainda considerações adicionais sobre a tendência de crescimento da produção técnica e tecnológica na Área de Ensino. Na dimensão da pesquisa translacional relacionada ao Ensino, as atividades de pesquisa-ação e de educação popular estão em franca expansão no Brasil. A perspectiva da autonomia proposta na pedagogia freireana se concretiza no campo da ciência e da tecnologia pelo conceito de Tecnologias Sociais (TS), trabalhado muito especialmente na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, organizada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação em 2010, em estreita interface com o Ministério da Educação. Segundo o Instituto de Tecnologia Social, o conceito de TS é “o conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida”. A Rede de Tecnologias Sociais difunde este conceito incluindo produtos, além de técnicas e metodologias: “tecnologia social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”. O conceito de TS, formulado em 2004 num trabalho conjunto com organizações da sociedade civil, aproxima a academia e a sociedade, com o objetivo de irradiar conhecimento a todos, construindo pontes entre necessidades e soluções, através de processos de ensino formal e não formal. Nesse contexto



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

também se afirma “o papel das organizações da sociedade civil como produtoras de conhecimento, articulando essas instituições em torno de uma cultura da Ciência, Tecnologia e Inovação comprometida com o fortalecimento da cidadania e a inclusão social”. Este tema da inclusão social e tecnologias sociais já vêm sendo abordados por setores acadêmicos tradicionais, criando uma teoria crítica da tecnologia, sistematizando o marco analítico-conceitual de TS, e reunindo contribuições da Economia da Inovação para a reflexão sobre TS. Isso vem sendo necessário, pois junto com o progresso da ciência vieram também problemas gerados por ela, e a questão da tecnologia passou a ser assunto que interessa a toda a sociedade e não só aos técnicos. Além disso, nem todos são beneficiados pelas tecnologias, o acesso é desigual e, portanto, isso pode acentuar as desigualdades sociais.

O movimento de educação científica da população cresceu, com atividades de popularização e alfabetização científicas, e desse modo este é um tema também tratado nos PPGs da Área: educação, ensino e divulgação científicas, ciência para inclusão e para a diversidade, relação entre pesquisa e desenvolvimento, são temas que ganham cada vez mais força no país e no exterior e esse contexto influencia o desenvolvimento das TS. Oficinas, instrumentos e estratégias educativas, propostas de políticas públicas com ciência e com arte, com mobilização e ludicidade, ainda que em práticas e instrumentos em pequena escala, podem se configurar como produção tecnológica geral. E podem se configurar como tecnologias sociais se forem apropriadas por grupos sociais diversos ou se apresentarem como práticas consideradas como eficazes e replicáveis em outros contextos.

Todos esses processos se referem a aspectos da dimensão de Inovação em Ciência & Tecnologia, que não se relaciona exclusivamente com os temas do valor agregado tangível em produtos para os mercados, mas também com o intangível valor social agregado. Preparar o Ensino do país para esse novo momento, abrindo campo para o florescer de projetos diversos e interdisciplinares, bem como à sua experimentação em campo, constituem espaços para o desenvolvimento de tecnologias sociais em ensino e para o ensino.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO		
Quesitos/Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0 %	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	60 %	Avalia-se qualitativamente a coerência e atualidade da Proposta do Programa. Deve haver coerência entre os objetivos do curso, a estrutura curricular e seus conteúdos curriculares. As áreas de concentração, linhas e os projetos de pesquisa devem estar relacionados e essa coerência deve ser explicitada nas respectivas ementas, que devem ser consistentes e coerentes com referências bibliográficas atualizadas. Deve haver balanceamento entre disciplinas de conteúdos específicos, de conteúdos de natureza pedagógica e aqueles inerentes à Área de Ensino. As atividades complementares previstas na estrutura curricular do curso devem ser incentivadas e explicitadas. A organização acadêmico-administrativa do programa deve possuir independência de outras estruturas, em termos de autonomia e possibilidade de atendimento à natureza e especificidades do curso. A coordenação do curso deve ficar preferencialmente a cargo de profissionais escolhidos entre os mais experientes, ou seja, com lastro acadêmico e científico condizente com a função e experiência em orientação na área.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus	30 %	Este quesito constitui uma síntese de como o programa se vê, aprecia seu passado e projeta seu futuro, requerendo, portanto, cuidado especial à sua apresentação. Sua proposta deve ser adequada às necessidades regionais, nacionais e internacionais. O Programa deve explicitar os meios que pretende adotar para enfrentar os desafios da Área e atingir seus objetivos atuais e futuros. O Programa deve desenvolver efetivamente uma política sistemática de avaliação

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

egressos, conforme os parâmetros da área.		e (re)credenciamento de docentes, assim como de formação e capacitação de docentes (apoio institucional à participação em eventos, à pesquisa, ao pós-doutorado). Seguindo o determinado pelas Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012, as modificações na composição do corpo docente, decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, deverão ser apresentadas e justificadas, e serão objeto de avaliação. Valoriza-se a existência de política de acompanhamento de egressos.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	10 %	A infraestrutura disponibilizada ao ensino, pesquisa e extensão deve ser compatível com a dimensão do programa. Devem ser garantidas instalações para a parte administrativa, gabinetes para docentes, salas de reuniões, instalações para a coordenação do curso, auditório e/ou sala de conferências, laboratórios e instalações sanitárias adequadas. É importante, ainda, a garantia de condições de acesso a portadores de necessidades especiais. Em caso de pesquisas envolvendo atividades experimentais, a instituição deve assegurar laboratórios específicos associados às linhas de pesquisa.
2 – Corpo Docente	15 %	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	15 %	São observados: a estabilidade, integração e maturidade acadêmico-científica da equipe; a diversidade de instituições de formação, titulação e produção dos docentes permanentes; o grau de compatibilidade e integração do corpo docente com a Proposta do Programa; a porcentagem de docentes em atividades de aprimoramento (pós-doutorado, eventos qualificados na área etc.). O corpo docente permanente deverá ter adequada produção acadêmica/ técnica na Área de Ensino, expressa em periódicos e outros.
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do	40 %	São observados: o equilíbrio na composição e na distribuição pelas categorias permanentes, colaboradores e visitantes, que devem respeitar as definições estabelecidas pela Portaria CAPES nº

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

programa.	<p>02/2012; a distribuição do corpo docente pelas linhas de pesquisa e matriz curricular e pelas áreas de concentração do Programa; A Área valoriza programas compostos com um mínimo de 10 docentes permanentes, mas considera situações especiais que favoreçam a desconcentração regional de PPGs; e recomenda que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem, juntas, 30% do quadro de docentes permanentes. Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, de acordo com as Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. Respeitadas as exceções previstas na Portaria CAPES nº 01/2012, ao menos 50% do tempo de contrato dos docentes permanentes devem ser dedicados às atividades do programa, que incluem ensino, pesquisa e orientação. A Área recomenda que o número máximo de orientandos por docente permanente não seja superior a 10 (dez), considerando todos os programas em que participa, respeitando-se o disposto no Art. 2º da Portaria CAPES nº 02/2012, que indica um número elevado de orientandos (≥ 20) por docente, pode prejudicar a qualidade da orientação, com prejuízos na formação discente, ao mesmo tempo em que pode tornar o docente, com número excessivo de orientandos, pouco disponível para outras atividades, penalizando, também, a gestão e as demais atividades do programa. A atuação docente é avaliada levando em consideração a liderança em projetos temáticos; a obtenção de financiamentos de agências de fomento; a relevância da pesquisa nos níveis regional, nacional e internacional, bem como seu impacto na formação de recursos humanos para o Ensino. É também considerada a capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios entre grupos de pesquisa.</p>
-----------	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p>30 %</p>	<p>O corpo docente permanente deverá estar engajado de forma equilibrada em grupos de pesquisa e ser responsável ou colaborador em projetos de pesquisa com financiamento de órgãos de fomento nacionais ou internacionais. Deve haver um equilíbrio na distribuição de atividades de ensino, pesquisa e orientação entre os docentes permanentes. Todos os docentes do programa devem estar envolvidos em atividades de pesquisa e ter experiência em pesquisa e orientação.</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.</p>	<p>15 %</p>	<p>Avalia-se a contribuição dos docentes permanentes para a graduação, sem prejuízo da dedicação às atividades do programa; o número de docentes permanentes que atuam na graduação; a participação discente de graduandos nos projetos e na produção do programa; a existência de fomento institucional à pesquisa e a orientação de bolsistas de extensão, iniciação científica ou tecnológica, orientação de monografias, estágios supervisionados e trabalhos de conclusão de curso por docentes permanentes do programa. Deve haver um equilíbrio entre essas atividades. Considera-se o envolvimento do corpo docente em atividades como: participação em comissões de avaliação e diretorias de associações nacionais e internacionais, comitês editoriais de periódicos qualificados, comissões científicas e organizadoras de eventos regionais, nacionais e internacionais, consultoria <i>ad hoc</i> a órgãos de pesquisa e fomento etc.</p>
<p>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações</p>		
<p>3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p>	<p>20 %</p>	<p>Considera-se a capacidade do programa de titular mestres e doutores levando em conta a relação entre os números de dissertações e teses defendidas e aprovadas no período (dimensão do corpo discente) e o número de docentes permanentes. O item é composto de 3 indicadores: (i) o número de dissertações de mestrados defendidas somadas a duas vezes o número de</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		teses de doutorado defendidas em relação ao total de docentes permanentes do programa. (ii) a relação entre o número de orientadores com 2 a 10 orientandos em relação ao número total de docentes permanentes; (iii) relação entre o número de titulados orientados pelos docentes permanentes em relação ao total de titulados.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	10 %	Deverá haver equilíbrio na distribuição das orientações de teses e dissertações, de forma a avaliar as titulações em relação ao total de docentes do programa. O item é composto de 2 indicadores: (i) a distribuição de defesas por orientador do corpo docente; (ii) a relação entre o número de orientadores com 2 a 10 teses e dissertações defendidas e o total de orientadores (todos os docentes).
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	40 %	Deverá ser observada a relação das temáticas das teses e dissertações com linhas e projetos de pesquisa e com a produção bibliográfica e técnica dos discentes. Valoriza-se a qualificação das bancas examinadoras em termos de experiência dos avaliadores e de pertinência de suas formações à temática avaliadas, evitando bancas endogênicas. O item é composto de 4 indicadores: (i) a relação das temáticas das teses e dissertações com linhas e projetos de pesquisa; (ii) composição das bancas (todos os membros doutores, com membros externos ao programa sendo pelo menos um para mestrado, e pelo menos dois para doutorado); (iii) a relação entre o número de discentes autores e o total de discentes; (iv) a relação entre o número total de produção bibliográfica e técnica de discentes e egressos em relação ao total de discentes
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de	20 %	Considera-se o tempo médio de titulação de mestres e doutores, especialmente dos bolsistas. O item é composto de 5 indicadores: (i) o tempo médio de titulação de mestrado; (ii) tempo médio de titulação do doutorado; (iii) o tempo médio de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

bolsistas titulados.		titulação de bolsistas de Mestrado; (iv) o tempo médio de titulação de bolsistas de Doutorado; (v) a porcentagem de bolsistas de mestrado que defendem em até 24 meses e de doutorado em até 48 meses em relação ao total de bolsistas.
3.5. Participação de discentes em projeto de pesquisa.	10 %	Observa-se a porcentagem de projetos de pesquisa com participação de alunos: (i) da graduação, (ii) de mestrado e (iii) de doutorado.
4 – Produção Intelectual	35 %	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50 %	A produção intelectual do programa terá por base a média ponderada da produção qualificada em periódicos e trabalhos completos publicados em anais, livros e capítulos de livros do corpo docente permanente. O item é composto de 3 indicadores: (i) média ponderada da produção qualificada em periódicos de docentes do corpo docente permanente; (ii) a média ponderada da produção expressa por meio de trabalhos completos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros de docentes do corpo docente permanente, segundo a classificação nos estratos que qualificam livros e eventos; (iii) a produção qualificada não centralizada em veículos da própria instituição.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Neste item será computada a relação entre o número de docentes que publicaram em periódicos (Qualis A1 a B5) e o número total de docentes. Será avaliado o perfil das publicações do quadro docente de cada programa, no que diz respeito à distribuição, pelos docentes, verificando se não há concentração excessiva. Será também verificado no quadro docente se há pesquisadores sem publicações em periódicos classificados em algum dos estratos do Qualis, e/ou sem publicações nos estratos Qualis A1, A2 e B1. O item é composto de 2 indicadores: (i) a porcentagem de docentes permanentes com, pelos menos duas (no caso de programas com doutorado) ou uma (programas com mestrado) publicações em periódicos Qualis A ou B1 por ano, em relação ao total de docentes

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		permanentes; (ii) a porcentagem de docentes com, pelos menos uma (programas com mestrado) ou duas (no caso de programas com doutorado) outras publicações (livro, capítulo de livro, trabalhos completos em anais de eventos) em relação ao total de docentes permanentes.
4.3. Produção técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20%	O corpo docente permanente deverá manter a sua produção técnica, mídias educacionais (vídeos, simulações, animações, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais etc.), protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais, propostas de ensino (sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção etc.), material textual (manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares), materiais interativos (jogos, kits e similares), atividades de extensão (exposições científicas, cursos, oficinas, ciclos de palestras, exposições, atividade de divulgação científica e outras). Também são considerados: desenvolvimento de aplicativos, organização de evento, programa de rádio e TV, relatórios de pesquisa, patentes, serviços técnicos etc. Considera-se o número de produções em relação ao total de docentes e a média de produções por docente.
5 – Inserção Social	15 %	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	45 %	A inserção do programa, em nível regional ou nacional, deverá ser analisada em pelo menos duas vertentes: (i) o impacto educacional e social (produção de material didático, parcerias com as redes, formação de profissionais para os sistemas de ensino, assessorias, projetos de extensão, divulgação científica etc.); e (ii) o impacto científico e tecnológico (participação em

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		atividades científicas, organização de eventos, criação de produtos e processos tecnológicos etc.). Essas atividades são importantes para área e deverão ser minuciosamente elencadas na parte descritiva dos relatórios dos programas.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	35 %	Consideram-se aqui as atividades, projetos e convênios nacionais e internacionais firmados pelo programa, visando à integração, cooperação e internacionalização da pesquisa e da produção na área. Neste item devem ser valorizados os projetos de maior duração e impacto. Serão considerados projetos tais como: PIBID, PROCAD, PRODOC, Minter/Dinter, e outros. O item é avaliado qualitativamente com apenas 1 componente.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação.	20 %	O item é composto de 2 indicadores: (i) Existência de página web com informações básicas do programa (sua proposta e estrutura; linha e grupos de pesquisa; regulamento, processo seletivo, financiamentos, convênios e intercâmbios em funcionamento; produção bibliográfica dos grupos e dos corpos docente e discente etc.); (ii) a possibilidade de acesso digital integral das teses e dissertações defendidas no programa.

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos/Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0 %	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	50 %	Observa-se adequação coerência, consistência, abrangência e atualização da estrutura curricular, das linhas de atuação e projetos e das áreas de concentração, a integração e articulação entre as mesmas e destas com os objetivos do Programa. Devem estar claros os objetivos, o perfil do público alvo, a demanda social e/ou de mercado e a atuação do egresso. O conjunto de atividades, áreas de concentração, linhas de atuação, projetos, disciplinas e ementas, devem atender às características do campo profissional e aos objetivos da modalidade Mestrado Profissional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20 %	Examina-se o conjunto de mecanismos de interação com outras instituições e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais e se estes são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com a qualificação do corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10 %	Examina-se a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20 %	Este item constitui uma síntese de como o programa se vê, aprecia seu passado e projeta seu futuro. Observa-se as perspectivas do Curso/Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área. Esse item não se aplica a Curso com edição única.
2. Corpo Docente	15 %	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50 %	Examina-se a composição do Corpo Docente Permanente (DP); se é formada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009). Valoriza-se a comprovada experiência profissional dos docentes permanentes, especialmente no caso de profissionais não-doutores que, dentro dos parâmetros da Área, devem ter comprovada experiência e atuação profissional inovadora. Considera-se que os orientadores devam ter doutorado, mas a Área admite que não-doutores, com comprovada e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pertinente experiência profissional, ministrem aulas, co-orientem e participem de bancas; dependendo da área de atuação, pode-se incluí-los ou não no corpo docente permanente do curso, com atuação como definida pela Portaria Normativa MEC nº 17/2009. Em todos os casos, esses docentes com experiência profissional devem ser considerados na avaliação, assim como a pertinência de sua experiência para o Curso/Programa. Seguindo o determinado pela Portaria CAPES nº 01/2012, as modificações na composição do corpo docente (definida na Portaria CAPES nº 02/2012), decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, devem ser apresentadas e justificadas no quesito Proposta do Programa, e serão objeto de avaliação. Verifica-se e valoriza-se a participação no corpo docente de membros que agregam e integram as duas características anteriores, isto é, docentes que, tendo o perfil de pesquisadores, têm também experiência profissional extra-acadêmica, através do envolvimento em atividades com organizações externas ao meio acadêmico, com efetiva atuação em atividades de extensão ou inovação. Uma forma de mensurar e identificar atuação integrada nestes dois segmentos é considerar a produção bibliográfica qualificada e a produção técnica. A participação de docentes, com este perfil, foi mais valorizada do que a de docentes com envolvimento unicamente em atividades acadêmicas ou profissionais. Verifica-se a formação diversificada dos docentes, quanto aos ambientes e às instituições e valoriza-se os indicadores de atualização da formação, de intercâmbio com outras instituições e efetiva atuação em inovação. Avalia-se, sempre que pertinente ao PPG, experiências e resultados profissionais relevantes, projeção nacional e internacional, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na Área.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Analisa-se a compatibilidade do corpo docente com as áreas de concentração e o perfil do PPG, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos e verifica-se se o corpo docente atende às necessidades de atualização profissional que dão sentido ao Curso/Programa.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30 %</p>	<p>As categorias de docentes no programa devem respeitar as definições estabelecidas pela Portaria CAPES nº 02/2012. Observa-se o equilíbrio na composição e na distribuição pelas categorias permanentes, colaboradores e visitantes. A Área valoriza programas compostos com um mínimo de 10 docentes permanentes, que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem, juntas, 30% do quadro de docentes permanentes. Verifica-se se o PPG tem base sólida em seu núcleo de docentes permanentes e se aponta quando há excessiva dependência de professores colaboradores ou visitantes, definindo o que é “excessivo”. Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, de acordo com as Portarias CAPES nº 01 de 2012, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. Respeitadas as exceções previstas na Portaria CAPES nº 01/2012, ao menos 50% do tempo de contrato dos docentes permanentes devem ser dedicados às atividades do programa. A Área recomenda que o corpo docente permanente tenha, no mínimo, 20 horas de dedicação às atividades da pós-graduação, que incluem ensino, pesquisa e orientação. Recomenda também que o número máximo de orientandos por docente permanente não seja superior a dez, considerando todos os programas em que participa, respeitando-se o limite máximo de 20 alunos por orientador como preconiza o Art. 2º da Portaria CAPES nº 02/2012 da CAPES. Entende-se que um número elevado de orientandos (≥ 20) por docente, pode prejudicar a qualidade da orientação, com</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		prejuízos na formação discente e pouca disponibilidade docente para outras atividades, como a gestão e as demais atividades do programa.. Analisa-se a trajetória da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atenta-se para mudanças que poderiam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da Instituição ao PPG. A atuação docente é avaliada levando em consideração a liderança em projetos temáticos; a obtenção de financiamentos; a relevância da pesquisa nos níveis regional, nacional e internacional, bem como seu impacto na formação de recursos humanos. É também considerada a capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20 %	É avaliada a distribuição das atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento e orientação entre os docentes permanentes. Considera-se, na distribuição, o envolvimento em atividades de graduação, se pertinente.
3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	30 %	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	35 %	Verifica-se se a proporção de trabalhos de conclusão aprovados é adequada e se indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação. São tratados de forma diferenciada PPGs com turmas intermitentes. Conforme preconizado no Art. 10º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009, verifica-se a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período. Verifica-se também a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40 %	A Área recomenda que os trabalhos gerem produções intelectuais relacionadas aos seus resultados. Isso pode, ou não, envolver produção científica mais qualificada, mas a produção técnica com efetiva participação do discente é valorizada. A produção pode ocorrer antes, ou algum tempo depois da defesa, por isto devem ser consideradas conjuntamente a produção discente e a produção do egresso, num prazo de cinco anos. Considera-se que não é necessário publicar todos os trabalhos, dada a natureza bastante diferenciada do Metrado Profissional, podendo haver situações de sigilo. Em casos dessa natureza relacionados ao trabalho de conclusão, recomenda-se o fornecimento dessas informações na parte textual do relatório Coleta para explicitação à Comissão de Área. Quanto à produção técnica, considera-se que a ação de “publicação” está relacionada com a importância da divulgação, disseminação de conhecimento, acesso, inovação e evolução. Portanto, os trabalhos são avaliados conforme a estrutura de produção científica e técnica apresentada no Quesito IV, destacando a pontuação para produção técnica como descrito no documento de Área. Devem ser especialmente valorizados trabalhos que possam ser aplicados na Educação Básica, bem como os apresentados em congressos técnicos (com efetiva participação dos profissionais do setor) ou veiculados em periódicos técnicos, com expressiva circulação.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	25 %	Examina-se a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto à respectiva organização em que atua o mestrando. É importante que o trabalho de conclusão gere aplicação dos seus resultados. Devem ser informados na parte textual do relatório - Coleta os principais impactos produzidos, recomendando-

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		se fortemente a utilização de indicadores quantitativos ou qualitativos, tipo “antes/depois”. A aplicação pode ocorrer antes, logo depois ou algum tempo depois da defesa, mas seria relevante existir a intenção de aplicação por parte da organização. Recomenda-se que a Comissão de Área receba informações sobre os trabalhos de conclusão e sobre a atuação do egresso, durante pelo menos cinco anos após sua titulação, com disponibilização dos dados na parte textual do relatório, de maneira objetiva, destacando-se em que condições ele foi aplicado. Deve ser dito com clareza qual o diagnóstico do problema e quais as soluções apontadas, se foram ou não implementadas, por que, e com que resultados.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	20 %	Avalia-se o número total de publicações dos docentes permanentes do PPG no triênio com base no Qualis da Área. Cada produção deve ser contabilizada apenas uma vez no programa, mesmo que tenha a autoria de mais de um docente.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	40 %	Neste item considera-se a produção técnica dos docentes permanentes, em relação ao quantitativo de docentes (permanentes ou total de docentes). Este item foi estruturado e pontuado com base nos seguintes tópicos: (i) Desenvolvimento de material didático e instrucional (inclui manuais, protocolos). (ii) Prestação de Serviço (inclui serviço técnico, consultoria, assessoria, parecer, serviço na área de saúde, auditoria, carta, mapa ou similar, manutenção de obra artística, maquete, curso de capacitação profissional; avaliação de tecnologia em saúde; análise da situação epidemiológica; estudos sobre comportamentos atitudes e práticas em saúde; análises econômicas; resultado do desempenho clínico); (iii) Desenvolvimento de produto (inclui desenvolvimento de aplicativo, protótipo, software

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>sem registro, serviços de informação); (iv) Desenvolvimento de Técnica ou Processo (inclui proposição e desenvolvimento de modelos de gestão, educacionais ou de assistência; testes e técnicas psicológicas, aperfeiçoamento de: processos de produção, controle da produção e da qualidade; técnicas de gravação de áudio e vídeo; direção artística; (v) Elaboração de Projeto (inclui desenvolvimento de estudo de política de saúde e avaliação de políticas e programas); (vi) Patentes (inclui outros registros no INPI, tais como: software com registro; especificar o grau de utilização e a fase de registro, cessão, comercialização ou outro); (vii) Divulgação Técnica (inclui artigos publicados em revistas técnicas, jornais e revistas de divulgação para o público em geral; apresentação de trabalho; publicação em conferência; programa de rádio ou televisão; divulgação dos trabalhos realizados e resultados obtidos em congressos técnicos com efetiva participação dos profissionais do setor; e em publicações técnicas com expressiva circulação nesse setor deve ser especialmente valorizada); (viii) outro tipo de produção técnica considerada relevante pelo próprio Programa; este tópico permite incorporar aspectos que poderão não ser captados previamente; este tópico é relevante no sentido de resgatar uma das características do Mestrado Profissional, relacionada ao atendimento da demanda da sociedade.</p>
<p>4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do Programa.</p>	<p>20 %</p>	<p>Neste item será examinada a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do Programa. Será avaliado o perfil das publicações do quadro docente de cada PPG, no que diz respeito à distribuição, pelos docentes, verificando se não há concentração excessiva. Será computada a relação entre o número de docentes que publicaram em periódicos (Qualis A1 a B5), em livros/ capítulos e em Anais de Eventos (assumindo-se a</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		correspondência de estrados apontados no documento de Área), produções artística, técnica, patentes, inovações e outras consideradas relevantes, e o número total de docentes permanentes.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com proposta do Programa.	20 %	Avalia-se como o PPG transferiu seus resultados de pesquisa para a sociedade, e em que grau as “publicações qualificadas do programa” estão relacionadas com a produção técnica (efetuando-se ponderação conforme visão da Área, com base no Qualis A1-B5). Também se considera que as “Publicações qualificadas” do corpo docente em períodos anteriores podem ainda estar gerando resultados diretos para a sociedade na forma de produção técnica.
5 – Inserção Social	25 %	
5.1. Impacto do Programa	40 %	Nesse item examina-se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade buscou atender os objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas envolvidas no projeto, das organizações públicas ou privadas e do Brasil. Afere-se o atendimento obrigatório de uma ou mais dimensões de impacto (social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico e legal, entre outras que poderão ser adicionadas pelas várias sub-áreas da Área de Ensino), nos níveis local, regional ou nacional. Não se espera que os PPGs de todas as áreas e subáreas atendessem a todos eles, cada um tendo sua própria especificidade. Entretanto, a inserção e interação com o respectivo setor externo/social foram consideradas indispensáveis no caso de um Mestrado Profissional, e deveriam evidenciar resultados relevantes, objetivamente descritos e apreciados. a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular</p>
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da Pós-graduação.	20 %	Avalia-se a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre Cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa, o desenvolvimento da Pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3 - Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Curso/Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20 %	Avalia-se a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da Pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do PPG, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Curso/Programa	20 %	- Avalia-se a divulgação atualizada e sistemática do Programa, que poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		- Avalia-se a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006).
--	--	---

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

A internacionalização das atividades dos PPGs é um aspecto muito importante que se reflete na qualidade da produção e na formação dos estudantes. PPGs com qualquer conceito podem e devem buscar inserção internacional, ainda que não se espere que todos os PPGs atuem em todos os eixos de internacionalização. A internacionalização da produção acadêmica brasileira se reflete claramente em bases de dados internacionais indexadas. A estratificação da produção indexada dos países por área de conhecimento na base SCImago (28 de junho de 2013) evidencia que, em sua produção total de artigos, o Brasil é o 15º país do “ranking” internacional, com 391.589 publicações. No entanto, no filtro do campo de produção de conhecimento correspondente a “Educação/Ensino” (“Education”) o Brasil sobe para a 8ª colocação, com 2.725 artigos pelos dados de 1996 a 2001, evidenciando uma produção internacionalizada. Apenas Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Canadá, Alemanha, Espanha, e Turquia, a frente de países como Japão, França, Coreia do Sul, Holanda, e dos 3 países dos BRICS, China, Rússia e Índia, todos a frente do Brasil no total de publicações. No triênio 2010-2012, acompanhando a expansão da Área em termos de novos cursos e programas, há a expectativa de que a avaliação evidencie a ampliação da internacionalização de diversos Programas. Por isso, tanto para avaliar o novo momento, como para orientar os PPGs para o futuro, cabem as definições abaixo:

Internacionalização para a Área de Ensino significa: (i) Produção científica qualificada com inserção internacional, e/ou (ii) Inserção internacional: interação, cooperação e integração com centros internacionais; e/ou (iii) Presença internacional: participação e expressão internacional de docentes e discentes em eventos e atividades relevantes para a Área; e/ou (iv) Desempenho equivalente aos de centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos para o Ensino;

1. Produção científica qualificada com inserção internacional, considerando os seguintes aspectos:

- a) Produção intelectual docente com predomínio de publicação em veículos indexados internacionalmente nas bases ISI/Scopus, (Qualis-periodicos A1, A2, B1 e B2); publicação de livros ou capítulos de livros em língua estrangeira e distribuição internacional; publicação de trabalhos completos em Anais de eventos internacionais de interesse para a pesquisa na Área
- b) Co-autorias com autor/equipe estrangeiros em publicações qualificadas

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2. Inserção internacional: interação, cooperação e integração com centros internacionais, considerando os seguintes aspectos:

- a) proporção significativa de docentes com estágio pós-doutoral em IES ou centros de pesquisa estrangeiros; proporção significativa de docentes com atividade internacional: participando como visitantes em programas de IES ou centros de pesquisa estrangeiros; participando de bancas e Comitês de Avaliação no exterior; e realizando consultorias a organismos internacionais;
- b) intercâmbio de docentes e discentes com IES estrangeiras, expresso em bolsas de pós-doutoramento para docentes, bolsas sanduíches para doutorandos, bolsas do programa Ciência Sem Fronteiras em qualquer nível;
- c) parcerias e projetos de pesquisa com equipes internacionais firmadas no triênio e intercâmbios de pesquisa e de formação docente;
- d) convênios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior;
- e) programas institucionais de cooperação internacional exigindo missões bilaterais de trabalho;

3. Presença internacional: participação e expressão internacional de docentes e discentes em eventos e atividades relevantes para a Área, considerando os seguintes aspectos:

- a) proporção significativa de docentes e discentes participando de conferências, palestras e mesas-redondas no exterior, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a área;
- b) proporção significativa de docentes participando com trabalhos escritos e arbitrados em eventos internacionais qualificados;
- c) proporção significativa de docentes participando por convite para apresentar, organizar, coordenar ou presidir eventos científicos internacionais relevantes na Área;
- d) prêmios de reconhecimento ou destaque de nível internacional (com láurea e/ou como participação em júris internacionais);
- e) Participações em diretorias, sociedades e programas internacionais;
- f) Participações em redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados;
- g) Participações em corpos diretivos em associações científicas internacionais de grande relevância para a Área;
- h) participação dos docentes dos PPGs em comitês editoriais e na arbitragem de artigos e editoria de periódicos internacionais qualificados;
- i) Assessorias ad hoc em revistas científicas de circulação internacional;
- j) Assessorias a agências de fomento internacionais;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4. Desempenho equivalente aos de centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos para o Ensino, considerando os seguintes aspectos:

- a) docentes obtendo financiamento com fundos internacionais, projetos conjuntos e desenvolvendo co-tutela de Teses;
- b) atração e orientação de alunos de origem estrangeira.
- c) reciprocidade na ida e vinda de professores/equipes estrangeiros no triênio para oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino: atuação de docentes em programas estrangeiros na qualidade de professores visitantes, e de pesquisadores estrangeiros nos programas no Brasil. Nesta modalidade, ganham destaque os cursos de curta duração oferecidos nos PPGs;

NO CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO, CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS CRITÉRIOS DA ÁREA PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 E 7.

A atribuição das notas “6” e “7” é reservada exclusivamente para os Programas Acadêmicos com doutorado, e segue critérios de alta qualificação, desempenho e de liderança nacional ou internacional do Programa, devendo apresentar clara diferenciação em relação aos demais programas da Área.

Os diferenciais de alta qualificação e desempenho e de forte liderança nacional do programa envolvem: (i) Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes aos dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos pós-graduados; (ii) Consolidação e liderança nacional do Programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação; e (iii) Inserção e impacto regional e nacional do Programa, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade e transparência dadas à sua atuação.

(i) Desempenho equivalente a centros internacionais de excelência: a distinção entre 6 e 7, caso ocorram, será avaliada pela extensão com que os programas atingem os 4 itens que definem internacionalização, em particular quanto ao desempenho na produção científica, a saber;

- a) Nota 6: Produção intelectual do Programa com predomínio de publicação em veículos A1 a B3 do Qualis-periódicos;
- b) Nota 7: Produção intelectual do Programa com predomínio de publicação em veículos A1 a B1 do Qualis-periódicos

(ii) Consolidação e liderança nacional como formador de recursos humanos para a pesquisa e pós-graduação, considerando os seguintes aspectos:

- a) Nível de consolidação na formação de doutores, considerada a relação entre a

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

contribuição do programa para a pesquisa e a utilização dessa competência para a formação de recursos humanos de alto nível;

- b) Contribuição para a nucleação de grupos de pesquisa ou de outros PPGs no Brasil, a partir da formação de doutores egressos que desempenham papel significativo em outros grupos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos (porcentagem de egressos contratados em instituições de ensino e/ou pesquisa e vinculados a programas de pós-graduação como docentes e orientadores), ou ainda de docentes associados ao Programa adquirindo a necessária experiência de orientação para compor corpo docente em outro PPG.
- c) percentual de docentes bolsistas CNPq de produtividade nível 1 e 2.
- d) atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países;
- e) proporção significativa de docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES e de agências de fomento nacionais e internacionais;
- d) premiações nacionais e internacionais para dissertações e teses;
- e) premiações nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes permanentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação;
- f) proporção significativa de docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais;
- g) participação de docentes permanentes em cargos relevantes para a política nacional na Área associada ao PPG, em especial da educação, saúde e ciência e tecnologia.

(iii) Inserção e impacto regional e nacional do Programa, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-graduação e visibilidade e transparência dadas à sua atuação, considerando os seguintes itens:

- a) formas inovadoras na pesquisa e na formação de mestres e doutores;
- b) o potencial de atração de projetos de estágios seniores ou pós-doutorais ou de atividades similares;
- c) o potencial de atração para doutorados sanduíches com alunos brasileiros ou estrangeiros;
- d) intercâmbio com outros programas (Minter, Dinter, PROCAD);
- e) assessoria para a formulação de propostas de cursos novos;
- f) participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;
- g) cooperação com programas com nota 3 ou 4 ou com grupos que ainda não apresentam curso de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de participação em disciplinas, seminários e oficinas em outros cursos de Pós-graduação; participação em cursos em associação ampla; parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012**Etapa:** Avaliação Trienal 2013**Área de Avaliação:** 46 - ENSINO

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ABIGAIL FREGNI LINS	UEPB	Consultor(a)
CLAUDIA LISETE OLIVEIRA GROENWALD	ULBRA	Consultor(a)
DEISE MIRANDA VIANNA	UFRJ	Consultor(a)
DEISE NANJI DE CASTRO MESQUITA	UFG	Consultor(a)
EDUARDO GALEMBECK	UNICAMP	Consultor(a)
EVANDRO GHEDIN	UERR	Consultor(a)
GISELLE ROCAS DE SOUZA FONSECA	IFRJ	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
HELAINÉ SIVINI FERREIRA	UFRPE	Consultor(a)
JOSE ANDRÉ PERES ANGOTTI	UFSC	Consultor(a)
LENISE APARECIDA MARTINS GARCIA	UNB	Consultor(a)
LUIZ AUGUSTO COIMBRA DE REZENDE FILHO	UFRJ	Consultor(a)
MARCELO DE CARVALHO BORBA	UNESP	Consultor(a)
MARCO ANTONIO MOREIRA	UFRGS	Consultor(a)
MARIA GORETTI DE VASCONCELOS SILVA	UFC	Consultor(a)
MARTA MARIA DARSIE	UFMT	Consultor(a)
OLIVAL FREIRE JUNIOR	UFBA	Consultor(a)
PAULO MARCELO MARINI TEIXEIRA	UESB	Consultor(a)
PAULO RICARDO DA SILVA ROSA	UFMS	Consultor(a)
RUTE ELIZABETE DE SOUZA ROSA BORBA	UFPE	Consultor(a)
SANI DE CARVALHO RUTZ DA SILVA	UTFPR	Consultor(a)
SIDNEI QUEZADA MEIRELES LEITE	IFES	Consultor(a)
SILVIA FERNANDA DE MENDONCA FIGUEIROA	UNICAMP	Consultor(a)
TANIA CREMONINI DE ARAUJO-JORGE	FIOCRUZ	Coordenador(a)
TANIA MARIA MENDONCA CAMPOS	UNIBAN	Consultor(a)
TEREZINHA VALIM OLIVER GONCALVES	UFPA	Consultor(a)
VELEIDA ANAHI DA SILVA	UFS	Consultor(a)